



SANEAGO

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
CNPJ nº 01.616.929/0001-02
NIRE 52 3 000210-9
ATA DA 52ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1 – DATA, HORA E LOCAL: Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 09:00 (nove) horas, na sede social da Companhia, na Av. Fued José Sebba, nº 1245, Setor Jardim Goiás, em Goiânia-GO, CEP nº 74805-100.

2 – CONVOCAÇÃO: Edital de convocação publicado no jornal "O Hoje" nos dias: (i) 30 de março de 2019, (ii) 01 de abril de 2019, e (iii) 02 de abril de 2019, na seção de classificados, páginas 1, 3 e 1, respectivamente, e no "Diário Oficial do Estado de Goiás", nos dias: (i) 01 de abril de 2019, (ii) 02 de abril de 2019, e (iii) 03 de abril de 2019, nas páginas 30, 38 e 18, respectivamente.

3 – PRESENÇA E QUORUM: Presentes acionistas representando mais de 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas no Livro de Presenças dos Acionistas. Constatada, portanto, a existência de quorum legal, na forma do artigo 22 do Estatuto Social, e art. 135 da Lei nº 6 404/76, configurando, o acionista presente, como detentor de mais de 1/4 (um quarto) do capital social votante, foi declarada instalada a presente Assembleia, de acordo com o artigo 23 do Estatuto Social, pela Srª Michele Carvalho Rocha Cardoso, Presidente interina do Conselho de Administração. Dentre os acionistas estiveram presentes o Estado de Goiás, acionista majoritário, representado pela Sra. Andrea Vulcanis, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, como designado pelo acionista majoritário.

4 – MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos a Srª Michele Carvalho Rocha Cardoso, Presidente interina do Conselho de Administração, que convidou Mauro Zanon Marques para secretariá-la.

5 – ORDEM DO DIA: I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal; II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018.

6 – DELIBERAÇÕES: Após a leitura da ordem do dia, a Sra. Presidente passou a palavra ao Sr. Paulo Rogério Bragatto Battiston, Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Regulação, que informou que o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal foram enviados à Comissão de Valores Mobiliário - CVM e colocados à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e no seu website (www.saneago.com.br) em 28/03/2019. Após discorrer sobre o assunto, foram tomadas as seguintes deliberações:

I. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

II. Aprovar, por unanimidade dos acionistas presentes, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2018 antes da participação dos empregados, conforme Art. 67 do



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 5230002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br



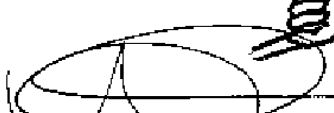
SANEAGO

Estatuto Social, perfazendo um montante total de R\$ 120.302, como segue: (i) R\$ 4.540 de distribuição a empregados; (ii) R\$ 73.533 de dedução do prejuízo acumulados; (iii) 5% aplicados na constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 2.111; (iv) 25% de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 10.029. O saldo remanescente, no montante de R\$ 30.088 será transferido para a conta de "Reserva de Investimentos". Todos os valores em "milhares de reais conforme Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018".

7 – ENCERRAMENTO: Não havendo qualquer outro pronunciamento, a senhora Presidente declarou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Goiânia, 30 de abril de 2019.

Mesa:


Michèle Carvalho Fescha Cardoso
Presidente


Mauro Zanoni Marques
Secretário *ad hoc*

Acionistas Presentes:


Andrea Vulcanis
Representante do Acionista Majoritário – Estado de Goiás



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br



SANEAGO

Extrato de Ata:

Este extrato é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio

Em 30 de abril de 2019.


Mauro Zanoni Marques
Secretário "ad hoc"



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

• via original do extrato de posição acionária fornecido pela instituição depositária ou pela custódia, com data não anterior a 2 (dois) dias úteis;

e) os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias deverão ser depositados na área de supervisão do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis anteriores à realização das Assembleias (Art. 13, § 2º, Estatuto Social); f) os acionistas da Celgpar poderão obter cópia da Proposta da Administração e demais documentos complementares, na área de supervisão do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores e, também, nos portais da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão e no site da Celgpar; g) os acionistas ou seus representantes legais, responsáveis pela indicação e, sucessivamente, eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, deverão apresentar, observado o atendimento aos requisitos e não inclusão nas vedações presentes na Lei nº 13.303, de 30/06/2016, em momento imediatamente anterior ao ato da eleição, objetivando a elaboração da ata das Assembleias e o arquivamento e registro em conjunto com essa ata na Junta Comercial do Estado de Goiás, as seguintes informações, autenticadas em Cartório:

- documento de identidade;
- Cadastro de Pessoa Física - CPF, e
- comprovante de endereço atualizado (lata de energia elétrica, água ou telefone fixo).

h) ainda, ratifica-se que a área de supervisão do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores está localizada na Avenida C, Quadra A-38, Lote 01, nº 60, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-070, Goiânia-GOias, também, acessíveis pelos telefones (62) 3612 3938 / 3612 3939 / 3612 3951.

Goiania, 29 de março de 2019
José Fernando Navamote Pena
Conselho de Administração

Protocolo 122251

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPARG

CNPJ/MF nº 08.560.444/0001-93

NIRE 52300010926

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

REGISTRO CVM 2139-3

AVISO AOS ACIONISTAS

A Companhia Celg de Participações - Celgpar ("CELGPARG") comunica que estão à disposição dos senhores acionistas os documentos discriminados no Art. 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, referentes ao encerramento do exercício social de 2018, podendo os mesmos serem obtidos na Sede Social da Celgpar, localizada na Avenida C, Quadra A-18, Lote 6, nº 450, Sala 10, Edifício Andrade Office, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-070, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, bem como encontram-se alocados nos Portais da Comissão de Valores Mobiliários - CVM - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e da Celgpar.

Goiania, 29 de março de 2019
Humberto Tannus Junior
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores

Protocolo 122274

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás - GOIASPARCERIAS

EXTRATO DO ENCERRAMENTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMULAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SITE CONTRATANTE COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS CONTRATADA empresa GOIÂNIA SOLUÇÕES LTDA CNPJ sob o nº 11.976.961/0001-57, Carta Convite nº 002/2014, Assinado em Goiânia-GO, data de 28 de setembro de 2019.

Protocolo 122855

Metrobus Transporte Coletivo S/A

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Presidente da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A convoca os senhores Acionistas para, na data 06/04/2019 às 09:00 (nove horas) na sala de Reuniões desta Empresa localizada na Rua Patruana, nº 298, Via Regina, nesta capital, reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a fim de deliberar quanto a seguinte ordem do dia:

Ordem do Dia:

- a) Alteração dos membros dos Conselhos Fiscal e Administração da Metrobus;
- b) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Paulo César Reis
Diretor Presidente da Metrobus S/A

Protocolo 122432

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

CNPJ nº 01.616.929/0001-02

NIRE 52.3.0000210-8

COMPANHIA ABERTA

REGISTRO CVM nº 1918-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Saneamento de Goiás S/A - Saneago ("Companhia") com fundamento no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, e nos termos do art.º 23 do Estatuto Social, convoca os senhores acionistas a participar da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizará no dia 30 de abril de 2019, às 09:00 horas, na sede da Companhia na Avenida Luod José Sebba, nº 1245, Setor Jardim Goiás, em Goiânia, Estado de Goiás para tratar da seguinte ordem do dia:

I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;

II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018.

Ficam cientes os Senhores Acionistas que os documentos pertinentes a matéria a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária estão à disposição na Sede da Companhia por meio de sistema eletrônico na página CVM - <http://www.cvm.gov.br/>, na rede mundial de computadores, na forma e prazos definidos pela Instrução CVM 481/2009, e na página do Portal dos Investidores, no site <http://www.saneago.com.br/investidores> conforme art. 133 da Lei 6.404/76.

Informações gerais: A comprovação da condição do acionista poderá ocorrer até 48 horas antes do início da Assembleia Geral Ordinária mediante apresentação de (i) documento de identidade (RG, CNH, Carteira de identidade profissional); (ii) comprovante de qualificação de acionista da companhia (im no caso de o acionista ser representado por procurador apresentar o comprovante de Instrumento de Mandato, com firma reconhecida, outorgado a mãos de um ato acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários relativos ao procurador, se for o caso).

Goiania, 29 de março de 2019.

Michele Carvalho Rocha Cardoso
Presidente Interna do Conselho de Administração

Protocolo 123019

SANEAGO

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
CNPJ nº 01.616.929/0001-02
NIRE 52.3.0000210-9
COMPANHIA ABERTA
REGISTRO CVM nº 1918-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago ("Companhia") com fundamento no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, e nos termos do artigo 20 do Estatuto Social, convoca os senhores acionistas a participar da **Assembleia Geral Ordinária** da Companhia, que se realizará no dia **30 de abril de 2019, às 09:00 horas**, na sede da Companhia, na Avenida Fúcio José Sebba nº 1245, Setor Jardim Goiás, em Goiânia, Estado de Goiás, para tratar da seguinte ordem do dia:

I - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;

II - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018.

Ficam cientes as Senhoras Acionistas que os documentos pertinentes à matéria a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária estão à disposição na Sede da Companhia por meio de sistema eletrônico na página CVM - <http://www.cvm.gov.br>, na rede mundial de computadores, na forma e prazos ditados pela Instrução CVM 481/2009, e na página do Portal dos Investidores, no site <http://www.saneago.com.br/investidores>, conforme art. 133 da Lei 6.404/76.

Informações gerais: A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer até 48 horas antes do início da Assembleia Geral Ordinária mediante apresentação de: (i) documento de identificação (RG, CNH, Carteira de identidade profissional), (ii) comprovante de qualidade de sócio(a) da Companhia, (iii) no caso de o acionista ser representado por procurador, apresentar o comprovante de Instrumento de Mandato com firma reconhecida, outorgado a menos de um ano, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários relativos ao procurador, se for o caso.

Goiânia, 29 de março de 2019.

Michèle Carvalho Rocha Cardoso
Presidente Interna do Conselho de Administração
Protocolo 123219

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
CNPJ/MF Nº 01.616.929/0001-02
NIRE 52.3.0000210-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

Nos termos da Lei 6.404/76, ficam os Senhores Debenturistas, titulares das debêntures em circulação objeto do Instrumento Particular de Escritura de 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária Com Garantia Real Adicional, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Distribuição, da **SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO** ("Emissão de Emissão" e "Companhia" respectivamente), celebrada em 15 de Dezembro de 2017 conforme autuada em 26 de dezembro de 2017, entre a Companhia e Pentagono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

("Agente Fiduciário"), convocados para reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada no dia **17 de abril de 2019, às 10:00 horas** ("Assembleia Geral de Debenturistas"), no endereço Avenida Círculo Jardim nº 803 - 3ª andar - Sala 201 - IAIM Bibi, Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, CEP: 01.453-300, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Deliberar sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão conforme alínea "z" da cláusula 4.15.1 da Escritura de Emissão, que prevê como hipótese de vencimento antecipado da Emissão a proposição ou instauração de qualquer procedimento administrativo ou judicial relacionado à prática de atos lesivos à Administração Pública, lavagem de dinheiro, atos de corrupção em geral, incluindo, mas não se limitando aos previstos no Decreto Lei nº 2.648/1940, na Lei nº 12.840/2013 ("Lei Anticorrupção"), pela Emissora ou suas Controladas, Controladas e sociedades sob controle comum e

2. Autorizar a Companhia e o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e a celebrarem todos os documentos necessários para a implementação da deliberação prevista na Item 1 acima.

A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia e informações adicionais sobre a assembleia ora convocada e a matéria constante da ordem do dia acima, podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu canal de relacionamento com investidores) e/ou ao Agente Fiduciário.

Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da assembleia, com os seguintes documentos:

- (a) quando pessoa física, documento de identificação;
- (b) quando pessoa jurídica, cópia do atos societários e documentos que comprovem a representação do Debenturista; e
- (c) quando foi representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas obedecendo as condições legais com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na sede da Companhia, preferencialmente, até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da referida assembleia e envio ao Agente Fiduciário por meio do endereço eletrônico assembleias@saneagoinvestimentos.com.br.

Goiânia, 02 de abril 2019.

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
Protocolo 123241

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
CNPJ/MF Nº 01.616.929/0001-02
NIRE 52.3.0000210-9

EDITAL DE CANCELAMENTO E CONVOCAÇÃO

DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

Ficam os senhores titulares das Debêntures da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações em Série Única da Espécie Quirografária Com Garantia Real Adicional para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Distribuição, da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago, ("Debenturistas", "Emissão" e "Companhia"), informados acerca do cancelamento da Assembleia Geral de Debenturistas agendada para o dia 04 de abril de 2019, às 10:00 horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), conforme editais publicados nos dias 20, 21 e 22 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial de Goiás e no Jornal O Hoje.

SANEAGO

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
CNPJ nº 01.616.929/0001-02
NIRE 52.3.0000210-9
COMPANHIA ABERTA
REGISTRO CVM nº 1918-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago ("Companhia"), com fundamento no artigo 132 da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976 alterada pela Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, e nos termos do artigo 20 do Estatuto Social, convoca os senhores acionistas a participar da **Assembleia Geral Ordinária** da Companhia, que se realizará no dia **30 de abril de 2019**, às **08:00** horas, na sede da Companhia, na Avenida Fied Jose Sebba, nº 1245, Setor Jardim Goiás, em Goiânia, Estado de Goiás, para tratar da seguinte ordem do dia:

- I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018 acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;
- II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018.

Ficam cientes os Senhores Acionistas que os documentos pertinentes a matéria a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária estão à disposição na Sede da Companhia, por meio de sistema eletrônico na página CVM - <http://www.cvm.gov.br/>, na rede mundial de computadores, na forma e prazos definidos pela Instrução CVM 481/2009 e na página do Portal dos Investidores, no site www.saneago.com.br/investidores, conforme art. 133 da Lei 6.404/76.

Informações gerais: A comprovação da nominação de acionista poderá ocorrer até 48 horas antes do início da Assembleia Geral Ordinária, mediante apresentação de (i) documento de identidade (RG, CNH, Carteira de identidade profissional) (ii) comprovante de qualidade de acionista da companhia, (iii) no caso de o acionista ser representado por procurador, apresentar o comprovante de Instrumento de Mandato, com firma reconhecida, outorgado e menos de um ano, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários relativos ao procurador, se for o caso.

Goiania, 29 de março de 2019.

Michele Carvalho Rocha Cardoso
Presidente Intermi do Conselho de Administração
Protocolo 113817

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
CNPJ/MF Nº 01.616.929/0001-02
NIRE 52.3.0000210-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

Nos termos da Lei 6.404/76, ficam os Senhores Debenturistas, titulares das debêntures em circulação objeto do Instrumento Particular de Escritura de 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures

Simple, Não Conversíveis Em Ações, Em Série Única, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Real Adicional Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Distribuição da **SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO** ("Escritura de Emissão" e "Campanha" respectivamente), celebrado em 15 de Dezembro de 2017, conforme aditado em 26 de dezembro de 2017, entre a Companhia e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no dia **17 de abril de 2019**, às **10:00** horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), no endereço Avenida Cidade Jardim, nº 803 - 5º andar - Sala 201 - Park Bilt, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01453-000 para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Deliberar sobre a declaração ou não, de vencimento antecipado da Emissão conforme alínea "b" da cláusula 4.10.1 da Escritura de Emissão que prevê como a prática de vencimento antecipado da Emissão a propositura ou inatuação de qualquer procedimento administrativo ou judicial relacionado à prática de atos lesivos à Administração Pública (lavagem de dinheiro, atos de corrupção em geral incluindo mas não se limitando aos previstos no Decreto Lei nº 2.848/1940, na Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), pela Emissora ou suas Controladas, Coligadas e sociedades sob controle comum); e
2. Autorizar a Companhia e o Agente Fiduciário, a realizarem todos os atos e a celebrarem todos os documentos necessários para a implementação da deliberação prevista no item 1 acima.

A documentação relativa a Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, e informações adicionais sobre a assembleia ora convocada e a matéria constante da ordem do dia acima, podem ser obtidas junto a Companhia (por meio do seu canal de relacionamento com investidores) ou ao Agente Fiduciário.

Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da assembleia, com os seguintes documentos:

- (a) quando pessoa física, documento de identidade;
- (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Debenturista; e
- (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais (com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na sede da Companhia, preferencialmente, até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da referida assembleia e enviado ao Agente Fiduciário por meio do endereço eletrônico assembleias@pentagontrustee.com.br.

Goiania, 02 de abril 2019.

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
Protocolo nº 125740

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO
CNPJ/MF Nº 01.616.929/0001-02
NIRE 52.3.0000210-9

EDITAL DE CANCELAMENTO E CONVOCAÇÃO

DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFARIA COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO

CLASSIFICADOS

CLASS. 1

PARA ANUNCIAR (62) 3093-8722 www.ahojos.com.br

Cadastre-se segundo tabela 08 de abril de 2019

1	2	3	4	5	6	7
Imóveis VENDA	Imóveis ALUGUEL	Negócios	Empregos	Veículos	Editais	Diversão

<p>6 Editais</p> <p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p>	<p>2 Imóveis ALUGUEL</p> <p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p>	<p>3 Negócios</p> <p>NEGÓCIO NEGÓCIO</p>	<p>4 Empregos</p> <p>EMPREGO EMPREGO</p>	<p>5 Veículos</p> <p>VEÍCULO VEÍCULO</p>	<p>6 Editais</p> <p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p>	<p>7 Diversão</p> <p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p>
<p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p> <p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p>	<p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p> <p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p>	<p>EMPREGO EMPREGO</p> <p>EMPREGO EMPREGO</p>	<p>VEÍCULO VEÍCULO</p> <p>VEÍCULO VEÍCULO</p>	<p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p> <p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p>	<p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p> <p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p>	<p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p> <p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p>
<p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p> <p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p>	<p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p> <p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p>	<p>EMPREGO EMPREGO</p> <p>EMPREGO EMPREGO</p>	<p>VEÍCULO VEÍCULO</p> <p>VEÍCULO VEÍCULO</p>	<p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p> <p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p>	<p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p> <p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p>	<p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p> <p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p>
<p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p> <p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p>	<p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p> <p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p>	<p>EMPREGO EMPREGO</p> <p>EMPREGO EMPREGO</p>	<p>VEÍCULO VEÍCULO</p> <p>VEÍCULO VEÍCULO</p>	<p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p> <p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p>	<p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p> <p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p>	<p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p> <p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p>
<p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p> <p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p>	<p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p> <p>ALUGUEL DE IMÓVEL ALUGUEL DE IMÓVEL</p>	<p>EMPREGO EMPREGO</p> <p>EMPREGO EMPREGO</p>	<p>VEÍCULO VEÍCULO</p> <p>VEÍCULO VEÍCULO</p>	<p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p> <p>EDITAL Nº 001/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS</p>	<p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p> <p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p>	<p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p> <p>DIVERSÃO DIVERSÃO</p>



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
 PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11902096900. NIRE: 52300002109.
 SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
 SECRETÁRIA-GERAL
 GOIÂNIA, 10/05/2019

www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

Text block in the top-left column of the classifieds section.

Text block in the top-middle column of the classifieds section.

Text block in the top-right column of the classifieds section.

Advertisement for 'Versão digital' (Digital Version) with 'CLASSIFICADOS' logo.

Text block in the middle-left column of the classifieds section.

Text block in the middle-middle column of the classifieds section.

Text block in the middle-right column of the classifieds section.

Advertisement for 'LAVAGEM' (Car Wash) with a circular logo.

Large advertisement for 'VAGAS DE EMPREGO E ESTÁGIO' (Job Vacancies and Internships) listing various positions and a table of vacancies.

Advertisement for 'TEGRA' with a logo and text.

Advertisement for 'LAVAGEM' (Car Wash) with a circular logo.

Advertisement for 'LAVAGEM' (Car Wash) with a circular logo.

Advertisement for 'OHIO' with a logo and text.

Advertisement for 'OHIO' with a logo and text.

Advertisement for 'LAVAGEM' (Car Wash) with a circular logo.



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162. PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11902096900. NIRE: 52300002109. SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi SECRETÁRIA-GERAL GOIÂNIA, 10/05/2019 www.portaldopreendedorgoiano.go.gov.br

Tabela 4.2 - Desempenho do Resultado Financeiro Ajustado

DESEMPENHO DO RESULTADO FINANCEIRO			
Indicadores Financeiros	2018	2017	Varição %
Ativo financeiro líquido	2.069.054	1.984.434	4,26%
Receita de Construção	144.973	78.288	86,04%
Receita de Serviços Técnicos	2.663	2.445	77,37%
Outorga Superdelegação	8.103	8.100	0,04%
Custo de Serviços	(1.084.333)	(1.534.664)	4,60%
Custo de Distribuição	(144.973)	(78.288)	90,04%
Resultado bruto	1.156.224	1.500.919	23,12%
Despesas Comerciais	(282.520)	(184.795)	46,03%
Despesas Administrativas	(229.039)	(308.177)	(36,84%)
Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais	(11.647)	(3.883)	244,26%
Depreciação/Amortização	226.320	210.573	7,48%
Provisões/Reversões/Pênsas e Rec. Créditos			
Despesas Tributárias	(11.525)	(11.559)	(0,29%)
EBITDA	188.010	457.986	31,60%
Margem da EBITDA	21,76%	22,31%	25,15%
Depreciação/Amortização	(226.320)	(210.570)	7,48%
Provisões/Reversões/Pênsas e Rec. Créditos	(88.574)	(30.120)	10,49%
Despesas Financeiras	(80.637)	(73.260)	32,66%
IRPJ/CSLL - Diferido	(2.347)	237.539	(100,99%)
REJUCSLL	(65.523)	(36.416)	62,04%
Lucro Líquido	(114.762)	220.574	59,12%

A EBITDA ajustada, calculada desconsiderando as Provisões/Reversões/Pênsas e Rec. Créditos contábeis que comprovadamente não tiveram efeito caixa conforme descrito na Tabela 4.2 no mês de março de 2018, no valor de R\$ 599.010, o que representa um aumento de 81,25% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior que foi mensurada em R\$ 457.986.

Ja a relação entre a EBITDA ajustada sobre o faturamento líquido (margem EBITDA ajustada) foi de 28,76%, o que representa um aumento de 25,96% quando comparado com o montante do fechamento do ano anterior que obteve uma margem de 22,63%.

4.1 Receita Bruta de Vendas

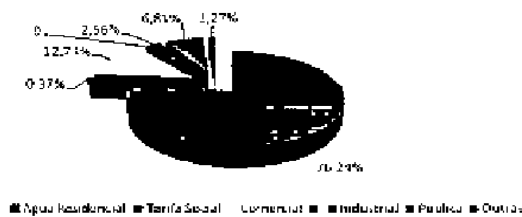
Crescimento na receita bruta de vendas total de R\$ 53.726, o que representa um crescimento de 4,32%, perfazendo uma receita bruta total de R\$ 2.244.738 no período, contra R\$ 2.191.012 de receita bruta auferida no mesmo período do ano anterior, conforme pode ser observado na Tabela 4.3 a seguir.

Tabela 4.3 - Receita Bruta de Vendas

RECEITA BRUTA DE VENDAS			
Receita por Tipo de Serviço	2018	2017	Var. %
Tarifas Residenciais	1.004.794	981.521	2,29%
Tarifas Comerciais	136.797	131.763	(3,76%)
Tarifas Industriais	32.094	30.377	5,67%
Tarifas Públicas	82.605	79.762	3,53%
Tarifas Sociais	5.048	5.444	(7,28%)
Pênsas Indiretas de Serv	21.788	19.540	11,45%
Custo Mínimo Fixo	311.284	296.173	5,10%
Total Bruto	1.624.731	1.544.616	5,19%
Tarifas Residenciais	456.086	436.314	4,50%
Tarifas Comerciais	107.191	102.424	4,64%
Tarifas Industriais	16.125	15.162	6,16%
Tarifas Públicas	47.809	46.250	3,67%
Tarifas Sociais	7.076	7.160	(4,74%)
Receitas Indiretas de Serv	2.518	2.18	250,76%
Custo Mínimo Fixo	2.637	-	-
Total Bruto	637.401	492.570	29,59%
Receita a Faturar de Água/Esgoto	12.081	1.727	599,50%
Receita Bruta	2.244.738	2.191.012	4,26%
Deduções	(175.654)	(166.544)	5,43%
Receita Líquida	2.069.084	1.984.437	4,28%

Em relação a segmentação de clientes, destacamos que a categoria residencial contribuiu a maior parte dos ganhos da companhia, com uma participação de 73,24% da receita operacional, total dos serviços prestados. As categorias comercial e pública representam 12,74% e 8,61% respectivamente.

Gráfico 1 - Segmentação Por Categoria de Cliente



Principais variações e causas das observações apontadas no quadro acima

4.1.1 Receitas de abastecimento de Água - A receita total de abastecimento de água teve uma alta de 3,00% atingindo uma receita líquida de R\$ 1.564.237, contra os R\$ 1.518.828 do mesmo período do exercício anterior. Esse aumento foi influenciado pelo incremento no número de ligações e pelo reajuste da tarifa.

4.1.2 Receitas de Esgotamento Sanitário - A receita decorrente do esgotamento sanitário aumentou 5,96%, atingindo R\$ 638.438, contra R\$ 602.576 do mesmo período do exercício anterior, resultado de combinação do incremento no número de ligações de esgoto sanitário e elevação do volume de esgoto tratado e reajuste da tarifa.

4.1.3 Deduções da Receita Operacional Bruta - As deduções da receita operacional bruta se referem aos tributos de IRPJ, PASEP, CDPINS aumentaram 6,47%, passando de R\$ 186.544 para R\$ 175.654. A redução se deve ao aumento da Receita Bruta de Vendas.

4.1.4 Receita Operacional Líquida - A receita operacional líquida atingiu R\$ 2.069.082, contra R\$ 1.984.437 no mesmo período do ano anterior, apresentando de 4,28%. Contribuiu para a elevação da receita operacional líquida o aumento da receita de vendas de água, residencial e esgoto, devido ao incremento de novas ligações de água e esgoto no longo do ano, além do reajuste da tarifa aplicado a partir de 1º de julho de 2018.

4.2 Custos dos Serviços Prestados - Os custos de serviços prestados desconsiderando as de constituição, formados por custos com operação, conservação e manutenção de sistemas de água e esgotamento sanitário totalizaram R\$ 1.084.040, apresentando elevação de R\$ 49.276, o que representa aumento de 4,77%, conforme demonstrado na Tabela 4.4, a composição de custos dos serviços prestados a seguir.

Tabela 4.4 - Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Custos dos Serviços	2018	2017	Varição R\$	Varição %
Pessoal	476.231	443.571	32.660	7,41%
Material	26.581	18.540	7.940	(112,67%)
Energia Elétrica	217.635	190.867	27.306	4,36%
Serviços de Terceiros	121.561	123.568	(2.007)	(17,61%)
Outros	1.192	19.241	(18.049)	(93,36%)
Sub total	863.239	809.837	53.402	6,59%
Amortização/Depreciação	216.801	199.571	19.230	21,89%
Total	1.084.040	1.009.408	44.632	4,77%

Principais variações e causas dos Custos dos Serviços

4.2.1 Pessoal - O custo com pessoal totalizou R\$ 476.231, apresentando um crescimento de R\$ 32.664, valor corresponde a um aumento de 7,41%. A principal causa de elevação no período se deve redução ligação com o pessoal.

4.2.2 Material - Os gastos com materiais reduziram em 12,97%.

4.2.3 Energia Elétrica - O custo com energia elétrica totalizou R\$ 217.635, apresentando uma elevação de 14,35% em relação ao período anterior. O aumento no custo de energia elétrica está diretamente ligado ao reajuste tarifário de 28,52% implementado pela Distribuidora de Energia elétrica do Estado de Goiás em outubro de 2018.

4.2.4 Serviços de Terceiros - Os gastos com serviços de terceiros apresentaram redução no período de 17,61%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Tais custos minoris os serviços relacionados a limpeza, entrega e recebimento. Cabe mencionar que, nesse item, houve também alterações decorrente de realocação contábil.

4.2.5 Outros - Os gastos com despesas gerais tiveram redução de 93,36%.

4.3 - Despesas Administrativas - Os gastos com a estrutura de gestão da Companhia apresentaram queda de R\$ 188.176 no ano de 2018, perfazendo uma redução de 39,84% no período, conforme demonstrado na Tabela 4.5.

Tabela 4.5 - Composição das Despesas Administrativas

Despesas Administrativas	2018	2017	Varição R\$	Var.
Pessoal	261.747	409.810	(148.063)	(36,10%)
Material	8.375	4.710	3.665	26,35%
Energia Elétrica	1.815	2.46	(331)	(15,42%)
Serviços de Terceiros	38.135	37.278	857	2,27%
Outros	5.948	7.629	(1.681)	(20,99%)
Sub total	316.020	477.923	(161.903)	(33,79%)
Amortização/Depreciação	5.946	30.604	(24.658)	(33,69%)
Total	322.002	508.527	(186.525)	(36,69%)

4.3.1 - Pessoal - A redução nos gastos com pessoal administrativo no valor de 36,10% se deve basicamente as reduções de pessoal, com nova classificação contábil afim de melhor operacionalização da implementação do PDI no exercício de 2017.

4.3.2 - Materiais - Os gastos com materiais cresceram 36,36%. Dentre os componentes desse grupo que tiveram elevação destacamos material de informática, segurança e proteção.

4.3.3 - Serviços de Terceiros - Os gastos com serviços de terceiros apresentaram redução de 2,27%, apresentando um montante total despendido de R\$ 38.135, contra R\$ 37.278 contabilizados no mesmo período do ano anterior. Nesse item, destacamos serviços de comunicação e serviço de atendimento aos usuários que tiveram significativa redução.

4.3.4 - Despesas Gerais - Estes gastos tiveram aumento de 30,09% no ano de 2018 em relação ao mesmo período de 2017. As despesas com indenizações a terceiros tiveram crescimento nesse grupo de despesa.

4.4 Despesas Comerciais - Os gastos com o sistema comercial da Companhia tiveram crescimento de 45,05%, o que representa uma variação de R\$ 87.746, conforme demonstrado no quadro acima.

Tabela 4.6 - Composição das Despesas Comerciais

Despesas Comerciais	2018	2017	Varição R\$	Var.
Pessoal	143.163	30.323	112.840	72,15%
Material	1.463	352	1.111	314,19%
Energia Elétrica	1.158	593	565	95,26%
Serviços de Terceiros	77.147	58.182	18.965	32,84%
Outros	6.281	3.844	2.437	63,88%
Remunerações de Concessão	61.351	51.253	703	1,36%
Sub total	261.243	194.948	66.295	44,54%
Amortização/Depreciação	1.277	135	1.142	844,77%
Total	262.520	195.083	67.437	48,06%



Principais variações são:

4.4.1 – Pessoal – A elevação nos gastos apurados com pessoal foi de 78,15%. Essa elevação nos gastos com pessoal das despesas comerciais e decorrente da nova reclassificação contábil das despesas de pessoal.

4.4.2 – Materiais – Os gastos com materiais subiram 324,19%. Dentre os componentes desse grupo que tiveram aumento destacamos materiais de conservação e reparação de outros bens.

4.4.3 – Serviços de Terceiros – Os serviços de terceiros tiveram aumento de 32,54%. Destaca-se serviços de limpeza higiênica e vigilância e também da reclassificação contábil nesse item.

4.4.4 – Gerais – Os gastos com despesas gerais tiveram elevação de R\$ 2.447. Os principais aumentos ocorreram em indenizações a terceiros.

4.5 – Provisão/Reversão/Perdas/Recuperação de Créditos Prescritos – Constituído pelo cobertura de eventuais perdas, consideradas suficientes pela administração e assessores jurídicos, relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis, cíveis e eventuais questionamentos das autônomas tributárias, nas instâncias administrativas e judiciais, alavancadas de estimativa confiável do montante da obrigação, conforme permite a deliberação CVM nº 50/08.

São reconhecidas pela Companhia, porque a mesma possui obrigação legal ou não formalizada presente, como consequência de um evento passado, podendo ser provável a saída de recursos para liquidar a obrigação.

Tabela 05 – Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos

Item/Conta	2018	2017	Variação
Reversão de provisão de contingência	28.235	44.957	165,24%
Reversão de provisão de perdas a devedores	347.634	20.757	1.572,26%
Reversão da prov. Perdas estimadas Prescritas	6.672	421	1.533,25%
Recuperação de créditos prescritos	33.075	27.223	28,85%
Reversão de perdas estimadas de outros créditos	39	-	-
Reversão de perdas equívocas em investimento	63	-	-
Reversão Prog. Desligamento Voluntário – PDV	-	75.488	-
Reversão de perdas estimadas em obras	465	-	-
Total de Reversões	513.390	161.577	206,56%
Provisões			
Perdas Créditos Prescritos	(72.314)	(72.113)	14,15%
Provisão para Contingências	(117.322)	(10.031)	838,36%
Perdas Estimadas Liquidação Dúvidas	(339.857)	(32.413)	212,74%
Provisão para Perdas Estoque	18.971	(4.732)	67,47%
Provisão Prog. Desligamento Voluntário – PDV	-	(75.527)	-
Provisão de perdas estimadas em obras	-	(5.221)	-
Total de Provisões	(517.894)	(204.997)	154,60%
Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos	(94.574)	(140.120)	10,44%

Em relação à rubrica que teve maior impacto na elevação das provisões no ano de 2018 destacamos as provisões para contingências trabalhistas. O aumento na provisão para contingências ocorreu devido nova análise por parte do departamento jurídico da companhia e reclassificação nos processos de autôno do STJ/STJ e Sindicato dos trabalhadores na indústria Urbanas do Estado de Goiás, referente ao pagamento de horas da Integração das Diárias no salário Água Coletiva – DSR.

4.6 Recitas e Despesas Financeiras Líquidas – Refletem os resultados relativos aos rendimentos de aplicações financeiras, receitas com variações monetárias e outros valores a receber, despesas com juros sobre operações de empréstimo, financiamento, bem como despesas com multas e juros moratórios e descônitos concedidos. O resultado financeiro apresentado no período foi de R\$ 95.637, o montante representou uma variação de 30,66% em relação ao mesmo período de 2017. Houve queda nas despesas financeiras, sendo que as despesas relacionadas a variação cambial foram os maiores impactos no período, influenciado pela volatilidade na cotação da moeda no período.

4.7 Lucro Líquido – A Companhia alcançou um lucro de R\$ 115.762 no ano de 2018. O lucro aumento deve-se basicamente ao incremento no faturamento líquido e a redução nas despesas com pessoal e serviços de terceiros.

4.7.1 Geração de Recursos ou EBITDA e EBITDA Ajustado – A companhia gerou um EBITDA de R\$ 495.436 valor 36,53% superior ao mesmo período de exercício anterior, que foi de R\$ 362.875. Já o EBITDA ajustado perfaz uma geração de caixa de R\$ 995.010, o que representa um crescimento de 31,30% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação a margem EBITDA, no ano de 2018 foi apurado uma margem de 23,59%, frente aos 18,29% do mesmo período do exercício anterior, enquanto a margem EBITDA ajustada foi de 28,76% frente aos 22,93% do mesmo período do exercício anterior.

Tabela 10 – Recitas e Despesas Financeiras Líquidas

Descrição	Recitas e despesas financeiras líquidas		Variação	Var. %
	2018	2017		
Juros/Encargos e Outras Despesas	53.589	56.768	(6.702)	(11,92%)
Correção Monetária	23.345	28.401	(6.056)	(21,37%)
Variação Cambial	-	9.888	-	-
Total de Receitas/Financiamentos	76.934	95.057	(24.126)	(25,33%)
Juros/Encargos e Outras Despesas	(146.745)	(141.766)	(5.444)	4,60%
Correção Monetária	(1.865)	(18.204)	11.239	(61,2%)
Variação Cambial	(74.901)	(11.811)	(9.290)	28,24%
Ajuste a Valor Presente	(827)	(1.728)	739	(42,82%)
Total de Despesas financeiras	(166.577)	(183.309)	1.736	(1,03%)
Resultado financeiro	(95.637)	(73.260)	(22.377)	30,66%

5 Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

Na análise e discussão a seguir sobre a estrutura patrimonial da Companhia, procuramos destacar sobre as rubricas que se entenderam materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua estrutura patrimonial no período correspondente ao ano de 2018 em comparação com o fechamento do exercício anterior.

Em 2018 as principais alterações da estrutura patrimonial ocorreram nas rubricas de Ativo Circulante que aumentou em 10,93%, do Passivo que é Passivo Circulante reduziu 22,65%. Dessa forma houve incremento no Índice Corrente, que passou de 0,644 no fechamento do exercício de 2017 para 0,824 no fechamento do ano de 2018. Além disso, houve também significativa elevação de capital de terceiros de 77,85% no encerramento do exercício de 2017 para 20,51% no fechamento de 2018.

Tabela 11 – Estrutura Patrimonial

Descrição	2018		2017		Variação
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	%	
Balanco Patrimonial					
Ativo Circulante	495.536	422.287	46.235	10,93%	
Ativo não circulante	4.492.659	4.237.343	255.316	6,03%	
Total do Ativo	4.988.195	4.659.630	328.565	7,05%	
Passivo Circulante	506.988	656.447	(149.459)	(22,65%)	
Passivo não circulante	1.692.347	1.264.391	427.956	22,68%	
Patrimônio líquido	2.779.860	2.738.802	40.058	1,46%	
Total Passivo e Patrimônio Líquido	4.988.195	4.659.630	328.565	7,05%	

5.1 Ativo Circulante

5.1.1 Disponibilidades – As disponibilidades apresentaram um recuo de 95,34 58% em relação ao ano de 2017 e equivalente de caixa na ordem de R\$ 19.389 no encerramento do exercício de 2017 para R\$ 43,257 no fechamento de 2018.

5.1.2 Créditos a receber de terceiros – A rubrica créditos a receber, de 16.134,04 aumentou em R\$ 12.323 perfazendo um aumento de 29,53%. Parte da expansão é decorrente do reconhecimento de créditos que estavam classificados anteriormente em não circulante e transferiu no aumento do crédito a receber de usuários público.

5.1.3 Estoques – A conta estoques teve um acréscimo de R\$ 16.531, saldo maior de material para estações de tratamento, tubos, conexões para redes e acessórios e estoque. A elevação da rubrica está relacionada a mudança dos investimentos da Companhia.

5.2 Ativo não Circulante

5.2.1 Intangível – composto basicamente pelas bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados as concessões municipais, teve uma queda de R\$ 82.940, o que representa uma variação de (2,59%), sendo que o valor de fechamento em 2018 igualou um montante de R\$ 2.260.416 frente de R\$ 3.367.451 do encerramento do exercício de 2017.

5.3 Passivo Circulante

5.3.1 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo – Apresentou um saldo de R\$ 135.966 no ano de 2018 contra R\$ 151.243 no fechamento do exercício de 2017. A redução se deve ao cancelamento do empréstimo de R\$ 100 mil e liquidação antecipada de empréstimos e também de 31 emissão de empréstimos com o desembolso da 2ª Emissão de debêntures realizada em dezembro de 2018.

5.3.2 Fornecedores – A conta de fornecedores de curto prazo apresentou um saldo de R\$ 129.445, contra R\$ 216.815 do fim do exercício de 2017, o que representa redução de 39,28%.

5.3.3 Parcelamentos – Saldo de R\$ 25.115 com aumento de R\$ 3.680 em relação ao saldo no fechamento do exercício de 2017.

5.4 Passivo não Circulante

5.4.1 Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo – Esta conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou queda de 19,76% em relação ao saldo apresentado no encerramento do exercício de 2017 de R\$ 1.264.391, a redução da conta é decorrente da amortização das dívidas durante o exercício de 2018.

5.4.2 Parcelamentos – Esta conta aumentou em 21,60% no ano de 2018. A expansão deve-se ao novo acordo firmado com a Prefeitura de Goiânia.

5.5 Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido teve crescimento de 1,46% em relação ao encerramento do exercício de 2017, atingido um montante de R\$ 2.779.860. Tal variação decorre da reversão dos prejuízos acumulados em montante equivalente a R\$ 40.058.

6 Classificação de Risco (Rating)

A Fitch Rating elevou o Rating nacional de longo prazo de Saneamento de Goiás S/A e de suas emissões no âmbito do mercado de capitais em 5 de agosto de 2018. Ao mesmo tempo a agência revisou a perspectiva dos Ratings para positiva de nível. A relação completa das ações encontra-se descritas na tabela 12 a seguir.

Tabela 12: Rating Saneago S/A

Rating	Classificação Fitch	Perspectiva
Corporativo	BBB+(b2)	Positiva
PDV IV	AA (b2)	Positiva
Debêntures 4ª Emissão	BBB+(b2)	Positiva
Debêntures 5ª Emissão	BBB+(b2)	Positiva

De acordo com a Fitch a elevação dos Rating da Saneago reflete a melhora do seu perfil financeiro, a partir do fortalecimento de geração operacional de caixa e a substituição/redução dos seus investimentos que resultaram em uma estrutura de capital mais sólida.

A Administração

1. Participação de Gestão de Terceiros (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante / Patrimônio Líquido)



BALANÇOS PATRIMONIAIS								
(Valores expressos em milhares de reais)								
	2018		2017					
	2018	2017	2018	2017				
Ativo					Passivo			
Circulante					Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	43.997	78.588	78.588	Emprestimos e Financiamentos			
Creditos a Receber de Usuários	8	317.222	344.823	344.823	Obrigações			
Estoque	7	64.738	43.123	43.123	Obrigações Trabalhistas			
Tributos a Receber	8	4.211	8.113	8.113	Obrigações Tributárias			
Tributos e Valores Mobiliários	15	7.384	7.304	7.304	Reservas			
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	8	14.013	25.777	25.777	Reserva Legal			
Suscrição	10	1.800	1.807	1.807	Reserva para Investimentos			
Outras Contas a Receber	11	3.681	3.222	3.222	Reserva de Avaliação Patrimonial			
		494.636	472.737	472.737	Reserva Acumulada			
					Outras Contas			
					23	32.086	32.086	
						688.932	688.447	
Não Circulante					Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	8	9.850	9.004	9.004	Emprestimos e Financiamentos			
Creditos a Receber de Usuários	8	9.850	9.004	9.004	Débitos			
Depositos Adiantados	12	30.878	41.847	41.847	Obrigações Trabalhistas			
Tributos Diferidos Ativos	13	293.263	279.263	279.263	Reservas			
Suscrição	12	497.138	342.129	342.129	Obrigações			
Tributos e Valores Mobiliários	13	4.181	18.001	18.001	Obrigações Tributárias			
Despesas Antecipadas	11	19.818	-	-	Provisão para Demanda Adversas			
Outras Contas a Receber	11	40	40	40	Subsídios			
		374.938	690.344	690.344	Adiantamento Contratual			
					Subsídios			
					Tributos Diferidos Passivos			
					13	17.173	17.609	
						1.834.347	1.834.347	
Investimentos	14	0	0	0	Patrimônio Líquido			
Intangíveis	16	307.647	173.329	173.329	Capital Social			
Intangível	12	3.292.456	3.267.421	3.267.421	Reserva de Capital			
		3.600.103	3.440.750	3.440.750	Reserva Legal			
					Reserva para Investimentos			
					Agua de Avaliação Patrimonial			
					Prejuízo Acumulado			
					207	33.305	33.784	
						(74.647)	(74.647)	
						3.723.638	3.719.622	
Total do Ativo		4.311.818	4.611.848	4.611.848	Total do Passivo		4.311.818	4.611.848

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS								
(Valores expressos em milhares de reais)								
	2018		2017					
	2018	2017	2018	2017				
Receitas Líquidas					Previdência Previdente - Perda/Reservação em Créditos			
Receitas de Serviços de Água e Esgoto		2.069.534	1.864.436	1.864.436	23	(86.374)	(90.129)	
Receitas de Construção		144.878	26.268	26.268	Outras Despesas Operacionais	118.925	(7.432)	
Receitas de Serviços Tercários		2.563	1.445	1.445	Outras Receitas Operacionais	3.274	3.752	
Outras Subsídios		3.172	3.172	3.172		(77.363)	(82.814)	
	21	2.620.147	2.077.319	2.077.319	Resultado antes do Resultado Financeiro		189.118	182.363
Despesas					Resultado Financeiro Líquido	30	(73.837)	(73.292)
Despesas dos Serviços		(1.264.333)	(1.234.654)	(1.234.654)	Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		115.281	109.071
Despesas de Construção	25	(144.878)	(26.268)	(26.268)	Prejuízo de Resultado Pessoa Jurídica e Contribuição Social Empresas		(55.370)	(56.416)
Despesas Tercárias		(2.563)	(1.445)	(1.445)	Imposto de Resultado Pessoa Jurídica e Contribuição Social Empresas	13	(2.347)	(21.938)
Outras Subsídios		(3.172)	(3.172)	(3.172)	Prejuízo Diferido		(13.762)	(18.579)
		(1.815.946)	(1.565.539)	(1.565.539)	Reserva de Avaliação Patrimonial	26	1.04802	9.1154
Lucro Líquido		796.134	508.319	508.319	Lucro Líquido		111.904	111.904
Despesas Administrativas	28	(322.002)	(308.177)	(308.177)				
Despesas Correntes	28	(252.822)	(184.778)	(184.778)				
Despesas Tributárias	-	(11.825)	(11.869)	(11.869)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
(Valores expressos em milhares de reais)							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Outras Reservas Acumuladas	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2017 - Reapresentado	2.476.891	140.413	4.136	-	34.291	(172.412)	2.313.329
Resolução de Capital	62.017	-	-	-	-	-	62.017
Resolução de Capital Adicional	-	-	-	-	(708)	640	(68)
Resolução do PPF e CS (Diferença - custo atribuído)	-	-	-	-	241	-	241
Reversão de Diferenças não Reconhecidas	-	-	-	-	-	17.080	17.080
Lucro do Período	-	-	-	-	-	292.575	292.575
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	2.538.908	140.413	4.136	-	33.583	(74.732)	2.612.308
Resolução de Capital Adicional	-	-	-	-	(122)	614	492
Resolução do PPF e CS (Diferença - custo atribuído)	-	-	-	-	236	-	236
Lucro do Período	-	-	-	-	-	118.782	118.782
Constituição Reserva Legal	-	-	2.115	-	-	(2.115)	-
Constituição de Reservas para Investimentos	-	-	-	30.096	-	(30.096)	-
Dividendas a Pagar	-	-	-	-	-	(13.228)	(13.228)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.538.908	140.413	6.251	30.096	33.361	(16.053)	2.722.966

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ORARIOfICIAL DO ESTADO DE GOIÁS
Atualizado digitalmente pela ABC - AGÊNCIA BRASILEIRA CENTRAL
CÍRCULO DE AUTENTICAÇÃO E Fimelab



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019

www.portaldopreendedorgoiano.go.gov.br

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES (Valores expressos em milhares de reais)			
		31/12/2018	31/12/2017
Resultado Líquido do Exercício			
Lucro Líquido do Exercício		115.787	280.575
Outros Resultados Abrangentes			
Realização do Custo Atribuído		614	640
Resultado Abrangente do Exercício		116.401	281.215
<i>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis</i>			
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		260.746	356.319
Caixa Gerado nas Operações		689.727	743.860
Resultado Líquido do Período		115.762	260.575
Ajustes para conciliação do lucro líquido			
Depreciações e Amortizações		226.320	210.570
Baixas - Reduções no Imobilizado/Intangível	28	(12.873)	263
Consórcio Corumbá/Águas Limpas		-	468
Ajuste a Valor Presente AVP - Créditos a Receber	30	957	(1.725)
Envios - Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	18 a	117.378	122.256
Juros Capitalizados	18 a	5.788	14.215
Perdas e Provisão/Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa Líquidas	29	74.237	133.739
Provisão/reversão de contingências jurídicas		62.024	(15.352)
Variações nos Ativos e Passivos		(354.170)	(417.530)
Créditos a Receber de Clientes	4	(146.489)	(133.845)
Tributos a Recuperar	6	1.102	(2.813)
Estoques	7	(16.027)	(22.904)
Despesas Antecipadas e Adiantamento a Empregados	9	(11.454)	(15.991)
Depósitos Judiciais	13	(9.223)	(867)
Tributos Diferidos - (RRJCS/LL)		6.000	(156.032)
Fornecedores		(62.271)	(64.080)
Consórcios	24	(9.916)	2.651
Obrigações Trabalhistas	19	(41.962)	(14.753)
Obrigações Tributárias	20	(59.547)	(20.566)
Parcelamentos	21	7.165	36.343
Subdelegação	10	(1.459)	6.085
Adiantamento Contratual		(1.954)	8.691
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(78)	(29)
Outros		26.197	29.889
Outras Contas a Receber	11	(23)	26.647
Outras Contas a Pagar	22	26.720	3.042
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(260.588)	(114.712)
Aquisição no Imobilizado	16	(61.388)	(9.804)
Aquisição no Intangível		(201.757)	(108.666)
Títulos e Valores Mobiliários		2.559	3.647
Caixa Líquido Gerado (consumido) nas Atividades de Financiamento		(40.754)	(200.056)
Integralização de Capital		-	65.037
Financiamentos/Empréstimos Captações	18 a	365.214	256.510
Amortização de Empréstimo e Financiamento	18 a	(361.203)	(347.244)
Pagamentos de Encargos Financeiros Sobre Captação de Recursos	18 a	(89.518)	(153.627)
Títulos e Valores Mobiliários - FIDC		-	(28.999)
Subvenções		46.723	12.723
Devolução Recurso para União		(377)	(7.058)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(34.591)	41,551
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	79.598	37.037
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5	43.997	78.588
<i>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis</i>			

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Vendas de Mercado de Produtos e Serviços	2.243.008	2.149.812
Receita de Construção	144.979	76.288
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão	7.978	181.626
Prescrição/Recuperação de Créditos	(47.235)	(44.889)
Outorga Subdelegação	9.100	9.100
Receitas de Serviços Técnicos	2.663	1.445
Outras Receitas	5.277	3.750
	2.356.667	2.133.680
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(366.746)	(387.881)
Matérias-Primas Consumidas	(7.838)	(5.053)
Energia, Serviços de Terceiros	(179.645)	(158.513)
Custo de Construção	(144.979)	(73.288)
Provisão/Reversão Passiva Estoque	(2.088)	(4.684)
Outras Despesas	(16.925)	(7.132)
	(718.268)	(635.551)
Valor Adicionado Bruto	1.647.497	1.498.119
Retenções		
Depreciação/Amortização	(226.320)	(210.670)
Provisões/Reversões	(56.217)	21.079
	(282.537)	(189.591)
Valor Adicionado Líquido	1.362.870	1.308.528
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	69.648	93.330
	69.940	93.330
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.432.810	1.401.858
Distribuição do Valor Adicionado	1.432.810	1.401.858
Pessoal e Encargos		
Remuneração Direta	646.833	628.131
FGTS	41.838	43.761
Benefícios	143.564	145.713
	730.936	728.905
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federal	376.777	364.110
Federal - IRPJ/CSLL Diferidos	2.547	(237.938)
Estadual	7.793	6.582
Municipal	9.019	3.219
	393.433	135.973
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	165.680	165.580
Aluguéis	27.103	30.225
	192.683	195.805
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucros do exercício	118.762	280.675
	118.762	280.675

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO (Companhia) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, sem ações em circulação e/ou negociação no mercado, constituída na forma da Lei Estadual nº 6.880 de 12 de setembro de 1967, com sede na Av. Rui Barbosa nº 1.245, Setor Jardim Goiás, Goiânia-GO, CNPJ nº 046.029/0001-02.

A Saneago atua como prestadora de serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, por meio de concessão e gestão associada na forma constitucional prevista, cumprindo-lhe efetuar estudos, elaborar projetos, realizar obras, operar e manter a exploração de serviços de saneamento básico, considerado como a conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

No sentido de adequar a Lei 13.303 de 20 de junho de 2016, a Companhia é incluída no âmbito do Sistema de Administração de Recursos Humanos, com controle de estrutura de governança, criação do Comitê de Auditoria Estadual, criação do Comitê de Elegibilidade Estadual, criação e publicação do Código de Conduta e Integridade, instrumento dos procedimentos gestoriais e das contábeis fiscais e da administração, elaboração das políticas de porta-voz, comunicação e divulgação de informações, prevenção de atos de corrupção, de distribuição de dividendos e de prevenção de conflitos de interesses.

Em cumprimento do Decreto Estadual nº 7.905 de 15 de junho de 2013, que dispõe sobre a aplicação de saneamento de risco de corrupção nos processos organizacionais e de serviços sob a coordenação técnica da Controladoria Geral do Estado - CGE, a Companhia efetuou unidade de gerenciamento de risco de corrupção em março de 2017.

A Saneago, em 31 de Dezembro de 2018, possui 226 contratos em operação que estão assim distribuídos: em vigor 156 contratos, sendo 18 contratos de concessão e 67 contratos de programa com os municípios, para o fornecimento dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, representando um percentual médio de 87,32% do faturamento. Existem ainda 70 contratos vencidos que representam 32,68% do faturamento, sendo que estes se encontram em fase de negociação e em operação. O prazo médio de concessão dos contratos vigentes é de 23 e de 20 anos, respectivamente, contados a partir da data de assinatura dos serviços, havendo a possibilidade de prorrogação mediante negociação com cada município. Os contratos passaram o seguinte cronograma de vencimentos: 70 contratos vencidos, 79 contratos a vencer nos próximos 15 anos, 21 contratos a vencer de 15 a 20 anos e 35 contratos acima de 20 anos. A Administração prevê que todos os contratos de concessão resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços.

As operações da Companhia estão concentradas no Município de Goiânia e representa 37,44% da receita bruta em 31/12/2018 e 31,68% do ativo intangível (37,62% da receita bruta em 31 de dezembro de 2017 e 33,48% do ativo intangível em 31 de dezembro de 2017).

Conforme Resolução Normativa nº 0125/18 do Conselho Regulador de Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, foi concedido reajuste linear de 3,27% para as tarifas de abastecimento a partir de 1º de julho de 2018.

A diretoria colegiada autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 26 de março de 2019.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS
Assinado digitalmente por ABC - AGENCIA BRASIL CENTRAL
CÓDIGO DE AUTENTICACÃO: 6704446



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldopreendedorgoiano.go.gov.br

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 5.404/76, 11.676/07 e 11.941/09, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos de contabilidade e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através do ajuste das práticas e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergências com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondam as informações utilizadas pela sua gestão.
As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática na data de transição para IFRS, sendo que estes itens não são reconhecidos ao poder econômico.

2.1. Moeda Funcional

A moeda funcional adotada pela Saneago é o Real (R\$). Todos os valores de apresentação das Demonstrações Contábeis estão expressos em milhares de reais.

2.2. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis requer que a Administração utilize estimativas e premissas que afetam a forma e o valor das informações apresentadas de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o período. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas. As estimativas e julgamentos que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros como projeções de resultados para compensação de prejuízo fiscal que se acredita serem realizáveis de acordo com as circunstâncias e estão incluídos nas seguintes notas:

- a) Créditos a Receber de Luíças (nota 2.5);
- b) Estoque (nota 2.6);
- c) Tributos Diferidos (nota 2.13);
- d) Provisões para Demandas Judiciais (nota 2.15).

2.3. Instrumentos financeiros

Com as alterações trazidas pelo CPC 4.0/RFS (Instrumentos Financeiros), a Companhia reconhece ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e de valor justo por meio de resultados. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem dívidas e equivalentes de caixa, cuja restrição de saídas a pedido de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, saldos a pagar com emissores e fornecedores, empréstimos e financiamentos sempre a pagar, e compromissos, contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou de taxa variável em um mercado ativo.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelo caixa, pelas contas bancárias de movimentação, arrecadação, depósitos para ordens e por aplicações financeiras de liquidez imediata, com vencimentos originais inferiores a 3 meses da data do balanço e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses saldos são detidos com a finalidade de satisfazer os compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

2.5. Créditos a Receber de Usuários

São reconhecidos pelo valor nominal à medida que os serviços são prestados e mensurados. As inscrições que ultrapassam o limite mensal são estimadas e registradas em valores à futuro à valor presente, sem qualquer tipo de abatimento. Na geração de crédito pelo recebimento em atraso, os juros e encargos são classificados como receitas financeiras. Estimamos que os saldos das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores (taxas de mercado) dado o curto prazo das operações realizadas.

Os créditos não recebidos que são parcelados segregados em incidente e não arcuáveis são corrigidos e descontados à valor presente contra despesas financeiras - A/P, cuja taxa de desconto passou de 8,5% em, para 1% a partir da 05 de novembro de 2018, conforme Resolução Normativa nº 090/2018-CP, de Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR e Resolução da Diretoria da Saneago Nº 162/2018.

A Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa é constituída por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber de clientes, conforme prática contábil da Companhia, para todos os assuntos particulares e públicos, com saldos vencidos há mais de 30 dias e para órgãos públicos estaduais com vencimento acima de 60 dias, bem como para os demais créditos vencidos e a vencer dos mesmos usuários.

Isa para provisão de valores a favor sobre-se a porcentagem sobre os valores provisionados para o setor privado e público em relação a sua base de cálculo, e está aplicada no montante a fechar.

2.6. Estoque

Os estoques de materiais destinados ao consumo, manutenção dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de obras, são avaliados ao custo médio de aquisição, não superior ao valor realizável e estão classificados no ativo circulante, deduzidos das provisões para perdas. A provisão para perdas em estoque é constituída com base na política interna da Companhia, sendo provisionado em função da taxa de obsolescência, ou seja, os bens que estão em condições nos últimos 12 meses serão automaticamente classificados como obsoletos.

2.7. Demais Ativos Circulantes

São reconhecidos pelo custo de aquisição ou realização, incluindo quando aplicável os rendimentos auferidos.

2.8. Ativos Não Circulantes

Diferem com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, registrados pelo custo de aquisição, ou realização, incluindo quando aplicável os rendimentos auferidos.

2.9. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, sendo que seus valores foram baseados em 2009 para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, veículos e Equipamentos de Informática no montante líquido de R\$ 47,8 milhões. A mais-valia registrada no ativo imobilizado foi de R\$ 73,44 milhões, em conformidade com a norma do patrimônio líquido denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial. Os 14 buses diferidos sobre o total no valor de R\$ 24,820 foram reconhecidos no passivo não circulante. Estes bens não são reavaliados ao preço de mercado e conforme foram depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores do custo atribuído são transferidos de conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A Saneago controla empresa especializada para fazer resgate da vida útil de seus bens e após emissão no balanço a depreciação é calculada pelo método linear.

As taxas anuais de depreciação estão assim apresentadas:

Natureza dos Bens	Taxa de Deprec.	Natureza dos Bens	Taxa de Deprec.
Terrenos	0%	Decimadores e Lagoas de Saneagem	4%
Servidões	0%	Equipamentos	10%
Veículos	5%	Móveis e Utensílios	15%
Braçadeiras	4%	Veículos	25%
Construções Civis	4%	Computadores	24%
Linhas de Transmissão	4%	Software	30%
Tubulações	4%	Máquinas, Ferramentas e Semelhantes	25%
Reservatório e Tanques de Armazenamento	4%	Órbita de Arre	7%
Hidráulicas e Hidroelétricas	10%	Outros Imobilizações	5%
Ligações Pêndulas	5%		

2.10. Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo histórico incluído os gastos durante o período até à aquisição dos bens, bem como os juros sobre financiamentos, inscritos na aquisição até a data de entrada do bem em operação ou construção. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil esperada do bem. A amortização em linha reta resulta num júbilo constante durante a vida útil do ativo, se o seu valor residual não se alterar. O custo intangível tem a sua amortização iniciada quando esta disponível para uso em sua local em condição necessária. Este grupo de contas é composto pelas bens intangíveis nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões, cuja vida útil é em linha com a interpretação do ICPQ 01 – Contabilidade da Concessão.

Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos em reais e obras em andamento são apropriados ao custo das obras.



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldogovernoorgoiano.go.gov.br

a) Contratos de Concessão

A infraestrutura utilizada pela Saneago relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo município quando (i) O município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer, a quem deve fornecer e a que preço;

(ii) O município controla a infraestrutura ou seja, mantém o direito de retomá-la no final da concessão;

(iii) Os direitos de Saneago sobre a infraestrutura controlada em conformidade com contratos são registrados como intangível - bens intangíveis e concessão - uma vez que a mesma tem o direito de cobrar pelo uso desses ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços.

O Valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se assegure que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros.

Agente econômico dos contratos de concessão de serviços firmados com os municípios e regulada por acordos de concessão de serviços nos quais a prestação do direito de o concessionário receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção efetuada e não amortizados até o final da concessão, ou tenham sido realizados pela Companhia com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concessivos.

A Lei 11.448/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômica assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos. Desta forma, os investimentos efetivados e não recuperados por meio da prestação de serviços no prazo original do contrato, são mantidos como ativos intangíveis, amortizados pela via tabelada, não considerando o efeito financeiro de renovações das concessões, e, portanto, na continuidade da prestação dos serviços.

Historicamente a obra através da renovação das concessões e existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios, portanto não há registro de ativo financeiro.

b) Licenças de Uso de Software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas a sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas. Na amortização da Administração não há qualquer mecanismo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.11. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas ao valor da liquidação correspondente.

Estima-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos dos seus valores justos de mercado, dada a curta prazo das operações realizadas.

2.12. Salários e Encargos Sociais

Os salários, incluindo rates, 13º salário a pagar e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionais dos encargos sociais e correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.13. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda e Contribuição Social empresas, quando devidos, são contabilizados pelo regime de competência, no Passivo Circulante em decorrência do resultado do exercício. São calculados com base no lucro tributável, sendo que o imposto de Renda possui alíquotas variáveis de 15% mais adicional de 10% adicional sobre o lucro excedente ao limite estabelecido, e a Contribuição Social com alíquota de 9%.

Os tributos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias (omissões para efeitos de liquidação duvidosa, contingências, obsolescência de estoques, prejuízo fiscal e demais perdas provisionadas), julgando-se, mediante avaliação das tributos, correntes. São reconhecidas somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro sempre descorra a contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.14. Empréstimos e Financiamentos

Registra e monitora o total dos recursos captados de terceiros, classificáveis no passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros nominais na captação de recursos, junto a termos, são apropriados em conta redutora no passivo em função da fluência ao prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, demonstrando desta forma a captação líquida.

Este método consiste a fazer a tabela de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A liquidação do custo amortizado faz com que os encargos financeiros retribua o ativo, ou seja, o custo do instrumento financeiro e não somente a taxa nominal, ou seja, movem-se nestes juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios, taxas, agios, deságios, descontos, atualizações, montantes e outros jussim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos feitos ou a serem efetuados até a liquidação da transação.

Para os ativos qualificáveis relativo que duram um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou para venda, os custos são capitalizados de acordo com o disposto no item 8 CPC 25(R1) - Custos de Empréstimos. Os custos, custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Portanto, os saldos a pagar via dados do balanço aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, a menos aqueles classificadas como não circulantes.

As operações com a referência de financiamento de longo prazo, pagáveis em moeda estrangeira, são avaliadas entre o saldo contábil de empréstimo e taxa cambial anterior e a saldo do mesmo empreendimento com base na taxa cambial vigente na data do balanço, e são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade dos bens e benefícios inerentes ao mesmo. Estes são valorizados com base entre o valor presente dos pagamentos mínimos por garantir o valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores ocorridos das contraprestações são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo conforme especificado no contrato. A correspondente obrigação de arrendar é registrada com o direito de circulante e não circulante.

2.15. Provisões para Demandas Judiciais

Constituídas através de estimativas confiáveis do montante da obrigação, conforme permite a deliberação CVM nº 634/08, são relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, comerciais e tributárias, nas instâncias administrativas e judiciais.

São reconhecidas pela Companhia, porque a mesma possui obrigação legal ou não formalizada presente, como consequência de um evento passado, podendo ser provável a saída de recursos para liquidar a obrigação.

2.16. Subvenções Governamentais/Doações

As subvenções governamentais são reconhecidas como obrigação no passivo não circulante na ocasião da entrada dos recursos. A medida que as obras são executadas, estas são reconhecidas no ativo intangível como Obras em andamento, não oneroso.

Após o cumprimento dos requisitos exigidos em esse caso, com os laudos de recebimento do obras, validado pelo município, efetuado o caixa de integral e da obrigação no passivo, considerando que estes bens não pertencem à Companhia e sim aos municípios poder concedente.

As doações de particulares recebidas pela Companhia são controladas fisicamente, porém não são contabilizadas, considerando que os bens pertencem aos municípios.

2.17. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

Registramos pelos valores conhecidos ou calculáveis, aqueles que não são aplicáveis dos correspondentes encargos financeiros.

2.18. Benefícios Concedidos a Empregados

Os compromissos assumidos com o plano de benefícios de pensão aposentadora e os relacionados ao plano de assistência à saúde são provisionados conforme os procedimentos estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 23 (R1), baseando-se em cálculos atuariais elaborados por empresa especializada. É utilizado o método da unidade de crédito projetada, líquida do valor justos dos ativos do plano, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos ao longo do tempo de serviço dos empregados.

2.19. Apuração do Resultado**i) Receitas com vendas e prestação de serviços**

É reconhecida a receita com base nos serviços meios de fornecimento de água e coleta de esgoto no momento em que transfere os benefícios aos usuários, conforme definido CPC 47 (IFPE 16) (Receita de Contrato com Cliente). As receitas nominais, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturado até o final de cada período, são estimadas e reconhecidas na conta a receber de clientes e a contrapartida no resultado como receitas a faturar.

ii) Despesas e receitas financeiras

Representadas substancialmente por juros, variações monetárias e cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos, deságios e parcelamentos, obsolescência e registrados pelo regime de competência no resultado.

2.20. Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 11 (R1) (IFRIC 12) (Contratos de Construção). Até 14/01/2019 o concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) (Receita de Contrato com Cliente), a medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção de contrato, o ativo é classificado em obras em andamento. A Companhia estima que o valor justo da sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos.

A Companhia reconhece receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria de infraestrutura utilitária na prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que (i) a atividade é de natureza de serviço público e o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto não são atividades de construção e (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o benefício da atividade em si. A Companhia reconhece a construção da infraestrutura comparando nilai relacionadas. Mensalmente, a totalidade das ações efetuadas ao longo do período em curso é transferida para o resultado, como custo de construção.

2.21. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perda permanente (estimativas de ativos do imobilizado e intangível) ou recuperação. O teste que é aplicado em situações em que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem dentro de si intangíveis e resultados de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

Foram utilizadas pressuposições que exigem o uso de estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro e prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas pressuposições e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. A nota que a Companhia acredita que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de pressuposições diferentes pode alterar materialmente o valor recuperável. A taxa de desconto utilizada foi de 9,11% (nota 4.4.1). Conforme mencionado, os ativos poderão produzir resultados positivos para sua recuperação já que a existência de um Município e a própria população são suficientes de custo (descontado sobre o cruzado).

2.22. Apresentação de Informações por Segmento

Devido à peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas principalmente pela sustentabilidade social e ambiental. Dessa forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, devido à existência de fluxos de cruzado na prestação de serviços de abastecimento de água, coleta, tratamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e a apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das informações contábeis, uma vez que a administração utiliza essas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.23. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo seguida pelos dados contábeis a nível federal no Brasil, apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis para fins de FPPS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações anuais e seguem as disposições contidas no CPC 05 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, a DVA apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos de provisão para o risco de crédito (ou seja, o lucro líquido). A segunda parte da DVA apresenta o custo das vendas e aplicações de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização, o valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalências patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoas físicas e jurídicas, incluindo a distribuição de capitais de terceiros e remuneração de capital próprio.

3. AVALIAÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS E REGULAMENTAÇÕES

CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 6 R2 (IFRS 16)) foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada. A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização do arrendamento financeiro (contrato de compra, mensuração, apresentação e reconhecimento), porém exige que os arrendamentos e os arrendadores sejam divulgados em relação ao arrendamento atual. Esta nova revisão inclui duas mudanças de reconhecimento para arrendamentos - arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Os arrendatários também deverão revelar o passivo do arrendamento no momento de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo de arrendamento). Uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa variável para determinar os pagamentos.

A adoção deste CPC de 2017 resultará nas Demonstrações Contábeis, por os contratos que vierem em um grupo e transferir custos e benefícios, sendo registrados como ativos arrendados e em contrapartida gerar um passivo financeiro, com acréscimo de juros e correções que transferido no resultado. Bem como afetará também a Demonstração de Fluxo de Caixa em suas atividades operacionais e financeiras.

3.2 Reclassificação Das Demonstrações Contábeis

Para melhor compreensão das Demonstrações Contábeis, a Companhia realizou reclassificações em suas contas patrimoniais para o exercício de 2017, demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2017		
	Saldo divulgado 31/12/2017	Reclassificação	Saldo Reclassificado 31/12/2018
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	78.596	-	78.596
Créditos a Receber de Usuários	244.776	20.126	264.902
Estoques	46.185	-	46.185
Tributos a Recuperar	5.113	-	5.113
Tributos e valores mobiliários	7.324	-	7.324
Despesas Antecipadas e Adiantamentos	25.777	-	25.777
Subsidiária	8.607	-	8.607
Outras Contas a Receber	3.820	-	3.820
	402.172	20.126	422.297
NÃO CIRCULANTE			
Ativo realizável a Longo Prazo			
Créditos a Receber de Usuários	29.329	(20.126)	9.204
Depósitos Judiciais	3.861	37.350	41.211
Tributos Diferidos Ativos	269.263	-	269.263
Subsidiária	240.889	-	240.889
Tributos e Valores Mobiliários	16.001	-	16.001
Outras Contas a Receber	40	-	40
	679.003	17.224	696.227
Investimentos			
Imobilizado	192.276	71.114	263.390
Intangível	3.478.181	(198.780)	3.279.401
	3.670.457	(127.666)	3.542.791
TOTAL DO ATIVO	4.650.640		4.650.640



	31 de dezembro de 2017		
	SAPCO divulgada 31/12/2017	Reclassificação	Saldo Reclassificado 31/12/2018
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Emprestimos e Financiamentos	154.345	-	154.345
Debêntures	4.908	-	47.908
Fornecedores	49.958	28.917	216.315
Contas a pagar	6.937	(2.632)	4.307
Obrigações Trabalhistas	97.757	39.997	136.734
Obrigações Tributárias e Outras	61.078	(29.785)	61.290
Parcelamentos	37.078	(17.583)	24.496
Concessões de Prestação	21.242	(21.212)	-
Subsídios	1.744	-	1.744
Adiantamento Contratual	1.954	-	1.994
Outras Contas a Pagar	5.478	(1.601)	3.877
	655.447		656.447
NÃO CIRCULANTE			
Emprestimos e Financiamentos	520.949	-	565.946
Debêntures	136.125	-	167.123
Obrigações Trabalhistas	6.144	-	6.144
Obrigações Tributárias	-	13.646	13.646
Parcelamentos	26.962	(13.699)	13.263
Concessões	30.780	-	92.780
Provisão para Contingências	71.295	-	7.295
Subsídios PAC	32.337	-	32.337
Adiantamento Contratual	5.813	-	5.813
Subsídios	340.589	-	340.589
Resultados Fiscais Diferidos	17.429	-	17.429
	1.384.391		1.384.391
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	2.516.546	-	2.516.546
Reserva de Capital	140.413	-	140.413
Reserva de Legal	4.166	-	4.166
Ajuste de Avaliação Patrimonial	35.754	-	35.754
Prejuízos Acumulados	(74.147)	-	(74.147)
	2.619.602		2.619.602
TOTAL DO PASSIVO	4.659.640		4.659.640

4. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.1 Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a exercem diversos riscos financeiros: Risco de Mercado, Risco de Crédito e Risco de Liquidez.

Os recursos cedidos de terceiros são corrigidos e ajustados de acordo com as condições pactuadas em cada CDS- Contrato de Crédito Bancário, Debêntures e contratos de financiamentos. O programa de gestão de riscos é executado no momento de contratação da operação buscando sempre as melhores condições. Uma vez que a Saneago não utiliza instrumentos financeiros ou derivativos para proteger certas exposições a risco.

(a) Risco de Mercado
Risco de taxa de juros de fluxo de caixa
É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro (ativo ou passivo) seja afetado por variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Na análise de sensibilidade para o risco da taxa de juros, utilizou-se do saldo devedor da dívida que tem um dos seguintes indicadores econômicos indexados: IPCA, CDI, Cotação do Dólar, TLP e TR. Assim, com base na expectativa de mercado para o fechamento desses indicadores no ano de 2018, procedeu-se à simulação de três cenários. Cenário I considera a evolução esperada dos indicadores; o Cenário II e III foram feitos com apreciação na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Indicadores	Exposição em 31/12/18	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA (FIDC IV)	422.028	4,01%	5,21%	6,32%
CDI/Bancos + Debênture 4ª Emissão	476.285	5,43%	6,30%	6,50%
Dólar (BID)	50.564	R\$ 3,80	R\$ 4,75	R\$ 5,70
TJLP (BNDES)	1.615	6,98%	8,73%	10,47%
TR (Causa Econômica Federal)	134.706	0,00%	0,25%	0,50%
Sub Total	1.075.197			
Custa de Transação	(27.795)			
Outras Suavizações	(29.035)			
	918.367			
Não sujeito a riscos				
FCC - Cazarna e Sivas	7.336			
	925.703			

Risco cambial
A Companhia está exposta em decorrência do realismo ao dólar dos Estados Unidos. Este decorre de operações de empréstimo e financiamentos contratados no circulante e não circulante. No caso de desvalorização/valorização do real incide em resultados financeiros. A Companhia não mantém operações de hedge ou swap.

(b) Risco de Crédito
Participante toda a população do Estado e cliente da Saneago. Considerando esse tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de ajuste do valor de abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNSI.

A análise do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a realização da prática de encontro de contas com aquelas que possuem créditos junto à Saneago.

(c) Risco de Liquidez

Aliquotes da Companhia decaem principalmente no caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos federal, estadual e instituições privadas. Há controle gerencial das entradas e saídas de fluxos de caixa, com programações planejadas para cumprir suas obrigações.

O excesso de caixa mantido pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a liquidez necessária, conforme determinado pelas provisões acima mencionadas.

Risco de Concessão

Os resultados da Saneago dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera. Geralmente os Contratos de Concessão e Contratos de Programa têm prazos de duração de 30 anos. Em algumas situações o município tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não honrar a sua prestação, por descumprimento de obrigações legais ou contratuais, mediante indenização dos custos de investimentos ainda não amortizados.

Estabilidade do valor justo

A Companhia não possui instrumentos financeiros em mercados para venda, combinações de negócios, preferências para investimento e ativos biológicos, mantidos ao valor justo. Os empréstimos são reconhecidos pelo custo amortizado e os recebíveis se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço.

(g) Sensibilidade dívida externa - BID

Em relação ao contrato 141400 firmado entre a Saneago e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, não há cláusulas no contrato que estipulem a execução de trava de proteção. A análise de Sensibilidade realizada em Dezembro de 2018 para os períodos seguintes apontou elevação no valor esperado da dívida por conta da expectativa de valorização da moeda estrangeira. No âmbito externo, o cenário tem sido de maior volatilidade, pela recente queda por possível deterioração adicional nas economias emergentes, além das incertezas decorrentes de medidas protecionistas no comércio internacional. Os valores internos estão relacionados a uma possível flutuação das expectativas sobre a conjuntura das reformas e ajustes necessários na economia brasileira. A cotação do dólar no pagamento da parcela que vence em abril de 2019 foi de R\$ 3,41. Já para pagamento da parcela que vence em outubro de 2019, a cotação foi de R\$ 3,72. A projeção na taxa de câmbio para 2019 é de R\$ 3,80.

Os valores para o balanço foram baseados nas publicações realizadas pelo Banco Central do Brasil - Relatório de Mercado - FOCUS (Expectativas de Mercado) e notas do COPOM de dezembro de 2018.

4.2 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia de administrar seu capital são de salvaguardar sua capacidade de continuar operando para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital que permita reduzir esse custo. A Companhia mantém o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice correlaciona o custo líquido líquido através do capital total à dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Posição Financeira Líquida

Total das Empresas	31/12/18	31/12/17
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	965.798	921.325
(-) Dívida Líquida	(43.987)	(85.588)
(=) Total do Patrimônio Líquido	2.225.630	2.619.406
(=) Total do Capital	3.647.420	3.432.532
Índice de Alavancagem Financeira	24,37%	24,66%

B. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/18	31/12/17
Caixa	-	24
Fundo-Fix	348	166
Bancos - Conta Corrente / Antecipação	12.912	17.768
Bancos - Contas Vinculadas e Outras	5.684	1.132
Bancos - Antecipação e Liberação - Alocações Financeiras (B)	17.053	12.850
	13.007	46.338
	43.987	79.598

Consiste de numerários em poder de bancos e investimentos no mercado financeiro, aplicações financeiras de liquidez imediata e que especulam nos significante de mudança de valor.

1a) Referência ao Fiel Bancário com liberação em 1 a 3 dias úteis após ingresso na conta bancária

1b) As aplicações financeiras são concluídas à seguinte forma:

Banco	Conta	31/12/18		31/12/17	
		Aplicação	Valor	Aplicação	Valor
Itau	142895	Fundo PP	342	Fundo PP	153
Itau	2889-4	Fundo PP	1.063	Fundo PP	41.853
Itau	02899-3	Fundo FIC	6.548	Fundo FIC	-
Itau	14294-9	Fundo PP	130	Fundo PP	-
BB	105334-5	CDB	-	CDB	421
BB	6313-5	CDB	1.587	CDB	1.610
BB	105502-3	CDB	-	CDB	3
Brasf	6544-7	CDB	775	CDB	-
BBM	731742	CDB	893	CDB	-
BBM	730352	CDB	-	CDB	1.155
BBM	731968-0	CDB Foa	1.544	CDB Foa	-
Saia	23190-0	CDB	5	CDB - Curva	10
Braspar	6204E	CDB	-	CDB	1.362
Braspar	11460-2	CDB	-	CDB	1
			13.007		46.338

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis por estarem atreladas à variação do CDI, ou por se tratarem de aplicações em fundos de rendimento específicos com rentabilidade pós-tributada verificada mensalmente através dos extratos de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos.

6. CRÉDITOS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31/12/18		31/12/17	
	Particular	Público	Particular	Público
Ferendos a vencer	86.333	9.382	89.238	9.595
A vencer na mais de 30 dias	20.131	8.717	18.759	5.658
Vencidos até 30 dias	76.554	7.906	76.787	7.498
Vencidos de 31 a 60 dias	29.259	9.955	25.647	9.893
Vencidos de 61 a 90 dias	15.594	6.899	11.576	5.188
Vencidos de 91 a 120 dias	6.599	5.418	9.625	4.518
Vencidos de 121 a 180 dias	14.082	9.801	13.743	7.748
Vencidos de 181 a 360 dias	5.279	22.668	4.303	14.146
Vencidos de 361 dias a 5 anos	13.450	40.705	10.940	16.766
Vencidos acima de 5 anos	4.871	908	1.112	1.393
Antecipação a distribuidor	852	-	1.136	-
Estimativa a favor	68.508	-	76.447	-
(-) A/PV Créditos a Receber	(918)	(332)	(669)	(281)
(-) PCLD	(99.941)	(54.328)	(1.01.637)	(86.247)
Subtotal	284.532	62.610	232.642	12.241
Subtotal		317.222		244.901



Creditos a receber (Não Circulante)	16.337	24.891	12.522	25.190
(-) ACP Grátis a Receber	(2.733)	(6.364)	(2.816)	(6.722)
(-) PCLO	6.218	(14.354)	15.555	(14.592)
Subtotal		3.809		9.004
Total		327.072		263.907

Os valores acima, no seu reconhecimento, equivalem aos seus respectivos valores justos e não consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso nos recebimentos. Os créditos não recuperáveis passados para o resultado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 82.314 (R\$ 72.113 em 2017), conforme nota explicativa 2E.

Os créditos com o Governo da Goiás são adiantados para fins tributários, segundo o art. 6º da Lei 9.430/96, sendo a montante no exercício 2018 de R\$ 3.020 (R\$ 2.028 no exercício de 2017).

4 movimentação na entidade por créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

Saldo em 31/12/17		(185.405)
(-) Constituição de provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa (nota 29)		(336.657)
(+) Reversão de provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa (nota 29)		347.826
Saldo em 31/12/18		(178.431)

07 ESTOQUES

	31/12/18	31/12/17
Materiais para estações de tratamento	106.89	3.816
Materiais para unhas e proteção de tubos	68	268
Materiais e equipamentos elétricos	393	79
Tubos, conexões para redes e auxiliares	39.216	50.645
Materiais para lajeões prediais	3.497	8.896
Instrumentos	6.386	8.672
Almoxarifado e reserva	10.337	-437
Conjunto motor bomba	176	77
Materiais diversos	9.456	4.100
Transf. Escove de Obras	-	(13.388)
(-) Provisão para Perda Baloque	(15.244)	(14.149)
	64.768	48.168

A provisão para perdas em estoque é constituída com base na política da Companhia, sendo provisionados os itens que não foram movimentados nos últimos 12 meses.

Nas últimas publicações das Demonstrações Contábeis, o estoque tem sido objeto de apuração modificada por não ter sido devidamente controlado suficientemente que houvessem total segurança nos procedimentos fiscais. Em abril de 2018 a Companhia contratou, junto à empresa SAP SE, um dos melhores sistemas de gestão ERP (Enterprise Resource Planning), que entrou em produção em dezembro de 2018 com melhorias nos processos e controles de estoque.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/18	31/12/17
IRRF	1.058	1.951
IRPJ (at)	2.436	2.572
CSLL (at)	517	626
	4.011	5.149

(a) Referem-se a Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (pagamentos a maior por esmaltiva) no exercício. Os saldos existentes em 2017 foram compensados em 2018.

9. DESPESAS ANTECIPADAS E ADIANTAMENTOS

	31/12/18	31/12/17
Prêmios de Seguro	184	-
Fundo Invest. Direitos Creditórios - FIDC IV (at)	13.255	9.019
Genco do Brasil Investimentos (at)	-	11.354
Adiantamentos para pós graduação	73	127
Adiantamentos para despesas de viagens	42	79
Fundo Minc. De Saneamento Ambiental	672	-
Adiantamento 12º salário	-	3
Adiantamentos de férias	2.792	5.908
	18.918	26.401

a) Referem-se aos valores de amortização e encargos pagos antecipadamente pela Saneago conforme Regulamento FIDC IV.

b) Prestação de assessoria técnica, no regime de empreitada por preço global, na implementação da oferta pública primária de ações escritas.

10. SUBDELEGAÇÃO

Para cumprimento dos Contratos de Programa celebrados entre a Saneago e os municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade, a Companhia optou em subdelegar a prestação dos serviços de esgotamento sanitário através do procedimento licitatório, sendo vencedora a empresa e não denominada Foz. Goiás Saneamento S/A (posteriormente denominada Quebreco Ambiental) cujo contrato nº 13272613 foi assinado em 18 de julho de 2018.

A operação definitiva dos serviços iniciou-se em novembro de 2018 com vigência prevista até 01 de novembro de 2021.

Em 25 de abril de 2017 foi concluída a aquisição de alliança de participação das ações da Quebreco Ambiental e Eco² e do Farmers LP constituindo a nova holding denominada ERK Ambiental Faturamentos S.A. sendo o contrato 13276013 assinado pela BRK Ambiental Goiás S.A. Esta operação foi feita mediante arrematação privada da Saneago, sendo que a documentação relativa à operação registrada, juntamente está sob análise pela Companhia.

O contrato integra a prestação regionalizada, realizada pela Saneago e possui as seguintes características:

- Entidade reguladora é Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR e intervenções autônomas dos municípios de Aparecida de Goiânia, Jataí, Rio Verde e Trindade;
- Pagamento ao outorga é Saneago de R\$ 273.000 em 30 (trinta) parcelas anuais, de valor unitário atualizadas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Final);
- Alinhamento à expansão dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitários em 6 (seis) anos, devendo a universalização atingir no mínimo 90% (noventa por cento) da população atendida em abastecimento público de água;
- Ação Comercial Integrada, sob gestão da Saneago, dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário, na área da subdelegação, sendo de responsabilidade da subdelegatária o cadastro de usuários, execução de leitura de hidrômetros, emissão e entrega simultânea de contas/aturas unificadas para cobrança, corte e religação de água, monitoração sobre outras atividades essenciais relacionadas à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Os valores referentes a outorga estão registrados no Ativo Circulante, proporcionalmente à duração do contrato e devidamente atualizados pelo IPCA, em contrapartida ao Resultado do Exercício. Os investimentos realizados pela subdelegatária e não amortizados estão registrados no Ativo Não Circulante, representando um ativo de recebimento pela Saneago, e em contrapartida ao Passivo Não Circulante, que representa uma obrigação na Saneago perante subdelegatária.

Subdelegação	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Colégio	8.930	8.607	608	1.744
Total	8.930	8.607	608	1.744
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Investimentos Sistema de Esporte	497.158	340.589	487.158	340.589
Total	497.158	340.589	487.158	340.589

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31/12/18	31/12/17
Circulante		
Depósitos em garantia	40	-
Consoas	375	413
Parcelamentos junto à Receita Federal	3.729	3.703
Adiantamentos Diversos	143	117
(-) Provisão para Perdas	(375)	(413)
Total Circulante	3.881	3.820
Não circulante		
Conta Parcelas	40	40
	40	40

12. DEPOSITOS JUDICIAIS

	31/12/18	31/12/17
Não circulante		
Depósitos Judiciais - Trabalhistas/Diversos/Tributários (a)	10.095	3.561
Reserva de Indenização Fundada	36.555	27.886
Reserva de Indenização	10.215	-
	56.870	31.447

a) O aumento se deu em decorrência de depósitos normais e de um processo do município de Goiânia referente à cobrança de ISE que, para continuar em andamento, a Saneago elevou capital judicial de R\$ 4.000.

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

Tributos Diferidos Ativos	Base de Cálculo	31/12/18			31/12/17			
		IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	
PCLD-Créditos a Receber	179.431	44.608	15.056	59.664	195.439	48.632	15.771	63.379
Prov. Perda de Estoque	16.745	4.081	1.482	5.522	14.149	3.697	1.279	4.811
Prov. Perda Investimento	574	144	52	195	640	150	56	219
Prov. Contingências	20.318	30.079	10.828	40.927	64.628	16.982	5.539	22.920
Prov. Perdas de Outros Créditos	375	81	34	126	413	103	37	141
Prov. Contingência Dem. Concessão	32.789	6.191	2.949	11.140	32.735	8.161	2.949	11.140
Prov. Perdas de Outras	215.259	54.065	18.463	73.628	234.830	51.156	18.417	69.574
Prejuízo Fiscal (a)	419.379	53.480	37.744	91.174	350.237	87.559	21.521	113.091
Total	944.140	184.672	68.591	253.263	850.773	242.693	76.670	289.263

a) A base de cálculo está limitada a 30% da projeção de lucros futuros e ao saldo de prejuízo fiscal.

Total reconhecimento		253.263		253.263
Tributos Diferidos Passivos				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	50.508	12.627	4.549	17.473
Total				17.473
Total				17.473

No exercício de 2018 houve compensação de prejuízo fiscal com parcelamentos junto à Receita Federal conforme nota 20 letra "a" de R\$ 9.658 (Em dezembro de 2017 de R\$ 71.906).

Com base nos estudos e nas perspectivas futuras de crescimento a Companhia mantém registrado seu ativo fiscal limitado ao menor valor entre o montante de lucros futuros e as diferenças temporárias/prejuízos fiscais que poderão ser compensadas em 31 de dezembro de 2018 (trou-se as diferenças temporárias/prejuízos fiscais).

Análise detalhada do Imposto Diferido

Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 31/12/17	289.263
(+) Contribuição de ativo fiscal diferido	(7.347)
(-) Utilização de prejuízo fiscal no PERT	(2.653)
Saldo mantido no ativo fiscal diferido em 31/12/18	289.263

Provisão no resultado do exercício - 31/12/18

Lucro antes dos impostos	173.476
Ajuda contida 34%	(58.862)
(+/-) RP/CSLL sobre adições e exclusões permanentes em contras a prejuízo fiscal	(56.935)
Reversão no resultado do exercício	(2.347)

14 INVESTIMENTOS

A Saneago tem participação em outras empresas, que em sua maioria tem apresentado prejuízo contábil. Assim, os valores estão provisionados para valores.

Descrição	31/12/18	31/12/17
CAAB	70	11
Comung	5,6	616
Metrobus	46	46
Custos	12	79
Total	134	649
Provisão por Perdas	1674	1640
Total	1808	2289

15. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição Financeira	Conta	Tipo de Aplicação	Rentabilidade	31/12/18	31/12/17
Circulante					
Caixa Econômica Federal	varias	COB/Fundo FIC	58% IPCA/60 CDI	7.764	7.304
				<u>7.764</u>	<u>7.304</u>
Não Circulante					
Caixa Econômica Federal	varias	COB/Fundo FIC	58% IPCA/60 CDI	10.516	5.541
Credit Suisse	5597723	CD6	67,50% CDI	2.656	2.480
				<u>14.181</u>	<u>8.021</u>
Total				21.945	15.325

A aplicação na CEF refere-se a uma exigente a contratual do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como garantia de empréstimos/financiamentos, portanto não está disponível para uso dentro dos próximos 12 meses. A aplicação no Credit Suisse é uma garantia para amortização das parcelas mínimas mensais das Debêntures 2ª emissão. As reservas que se referem a contratos, único em BNDES cujo vencimento está dentro dos próximos 12 meses, estão classificadas cetero no ativo circulante.

16 IMOBILIZADO

Imobilizado Técnico	31/12/18	31/12/17
Sistema de Água	8.224	8.224
Sistema de Esgoto	19.055	19.055
Bens de Uso Geral	208.531	18.590
Bens de Uso Geral em Andamento(s)	113.018	1.583
Bens Custo Atribuido	14.596	65.704
Bens de Uso Geral - Leasing	7.271	7.271
Apartes a Realizar - Consórcio Corumbá	69.367	65.732
Contrato Sem Concessão	(22.138)	22.128
Deprec. Acumulada - Geral	(87.605)	(72.821)
Deprec. Acumulada - C. Atribuido	(14.501)	(14.501)
Deprec. Acumulada - Leasing	(3.125)	(3.125)
Deprec. Acumulada s/ Concessão	(5.141)	(5.141)
Total	307.047	173.368

a) Composição dos bens de uso geral em andamento 31/12/2018.

Bens de Uso Geral (Andamento)	11.422
Bens de Uso Geral Corumbá (Andamento)	66.779
Bens de Uso Geral PAC Corumbá (Andamento)	45.917
Total	124.118

A movimentação do mobilizado pode ser demonstrada como segue:

Imobilizado Técnico	Saldo 31/12/17	Adição	Baixa	Deprec. Anul.	Movimento Período	Transf. De Obras	Transf. Pr. Imob.	Saldo 31/12/18
Sistema de Água:	8.224	-	-	-	-	-	-	8.224
Sistema de Esgoto (s)	19.055	-	-	-	-	-	-	19.055
Bens de Uso Geral	178.560	21.515	(864)	-	17.544	1.441	-	198.756
Bens de Uso Geral em Andamento	1.383	32.873	-	-	83.185	-	(21.428)	113.018
Bens Custo Atribuido	85.704	-	(202)	-	(151)	-	-	85.261
Bens de Uso Geral - Leasing	7.271	-	(0)	-	(5)	-	-	7.256
Apartes a Realizar - Consórcio Corumbá	69.732	-	-	-	(264)	-	-	69.368
Contrato Sem Concessão	(22.138)	-	-	-	-	-	-	(22.138)
Deprec. Acumulada Geral	(72.601)	-	-	(5.452)	(6.623)	-	-	(84.676)
Deprec. Acumulada - C. Atribuido	(14.501)	-	-	(514)	327	-	-	(14.788)
Deprec. Acumulada - Leasing	(3.125)	-	-	(1.452)	6	-	-	(3.571)
Deprec. Acumulada s/ Concessão	(5.141)	-	-	-	-	-	-	(5.141)
Total	173.368	83.388	(1.284)	(7.518)	90.030	1.441	(21.428)	307.047

Contratos Sem Concessão

A Companhia está disputando judicialmente os contratos de concessão de serviços de fornecimento de água e esgoto das municipalidades abaixo:

- Caldas Novas** - Em face da retirada dos sistemas pelo município em 27 de junho de 1995, a Saneago apresentou ação de indenização. Processo nº 0033021.65.1995.8.09.0051. O juiz condenou o município de Caldas Novas a ressarcir a Companhia o valor de R\$27.058, devendo ser atualizado desde a época da retenção. Todavia, o município interps recurso de apelação contra a sentença do Tribunal de Justiça de Goiás. A Saneago apresentou contrarrazões ao recurso apelarório sobre o improcedência e procedência, recurso mesmto. Na manifestação das partes a Saneago afirmou que a Companhia e o município de Caldas Novas firmou que seu recurso foi arquivado dentro do prazo legal.
- Catalão** - O município conseguiu reatuar o sistema por medida judicial, sendo que a Saneago citou resultado destrutível, não havendo a possibilidade de retomada do sistema. Foi proposta ação através do Processo nº 37632-96/2016.8.09.0029 visando à recomposição das perdas da Companhia no valor aproximado de R\$ 142.000. Atualmente as ações estão concluídas ao juiz e não manifestar sobre o decurso efetuado pela Saneago relativo aos honorários advocatícios e determinação de realização da perca.

18.4) Subvencões Governamentais/PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

Os saldos do ativo mobilizado incluem bens construídos com recursos próprios ou adquiridos com recursos do voto da OGU - Orçamento Geral da União e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.



Em 19 de dezembro de 2007 foram celebradas cartoras de repasse entre a União, através do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de Goiás, objetivando a execução de ações relativas ao programa de serviços urbanos de água e esgoto em vários municípios, tendo como interveniente a Executiva de Saneamento que celebrou convênio com vários municípios. O objeto de parte concernente à estabelecer ação conjunta entre o Saneago e o Município visando a execução das obras de complementação do sistema de esgoto sanitário e do sistema de abastecimento de água, tem como transferir o valor da contrapartida de responsabilidade do Estado de Goiás para a Companhia.

- As devoluções são feitas nos contratos de repasse, item 6.5.1, Cláusula oitava - Da execução financeira, conforme Manual de Instruções do PAC, nos seguintes casos:
- Quando não for executado o objeto segundo os contratos;
 - Quando não for observado a programação e a respectiva prestação de contas parcial ou final;
 - Quando os recursos foram utilizados em finalidade diversa da estabelecida no contrato;
 - Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com a vigência contratual e a conclusão/parcialização do objeto e com a contrapartida.

Nos casos acima a efetivação da devolução dos recursos obedecerá as seguintes regras:

- Execução total do objeto, em que os recursos permaneceram na conta específica sem terem sido desbloqueados em favor do Contratante: devolução dos recursos acrescidos ao resultado da aplicação financeira;
- Execução parcial do objeto, em que a parte executada apresenta funcionalidade: devolução dos recursos à credencial em conta e não aplicados no objeto do plano de trabalho acrescidos do resultado da aplicação financeira;
- Execução parcial do objeto em que a parte executada não apresenta funcionalidade: devolução da totalidade dos recursos transferidos ao Estado em nome do aplicador financeiro autuando-se sobre os recursos eventualmente gastos, o mesmo parcerias como se tivesse permanecido ad cada parte durante todo o período em cumprimento de obrigações;
- Aplicação dos recursos em desconformidade com o Plano de Trabalho: instauração de Tomada de Contas Especial e devolução dos recursos liberados devidamente autuados, conforme exigido para a outorga da conta para conta a Fazenda Nacional.

Os repasses por municípios estão discriminados abaixo:

Cidade	Cont.	Saldo 31/12/2017	Ingresso PAC	Obras Concluídas - Ajustes	Ajustes no Resultado	Previsão/Reversão pra Perdas	Devoluções em espécie	Saldo 31/12/18
Várzea	0218021-51	114	-	-	-	-	-	114
Várzea	0218043-40	44	-	-	-	-	-	44
Luizânia	0219329-32	1.465	-	-	-	-	-	1.465
Goiânia - Via Adria	0226024-57	7.294	-	-	-	-	-	7.294
Trindade	0257772-43	1.188	-	-	-	-	-	1.188
Cratânia	0228017-85	308	-	-	-	-	-	308
Novo Gama	0228019-73	971	-	-	-	-	-	971
SP Antônio de Descoberto	0218931-07	-	-	-	-	386	-	386
Planaltina	0218330-94	62	-	-	-	-	-	62
Novo Gama	0228015-66	125	-	-	-	-	-	125
Goiania - Mesa Poma	0226028-62	2.785	240	-	-	-	-	2.785
Luizânia	0225925-76	31.743	10.413	-	-	-	-	42.156
Luizânia	0251460-45	57	-	-	-	-	-	57
SP Antônio de Descoberto	0250766-17	1.137	310	-	(45)	784	(28)	2.698
Goiania	0250768-10	22.757	16.162	-	(19)	-	(177)	38.723
Pirenópolis	0250894-99	1.430	-	-	(35)	-	-	1.427
Aparecida de Goiânia	0351738-28	2.211	-	-	(117)	-	-	3.094
Goiania ad Patrocinio SES	0408678-27	-	2.624	-	-	-	-	2.624
Anápolis - SES	0408691-99	6.476	16.475	(3.175)	(54)	-	(172)	15.356
Total PAC		51.915	46.724	(3.175)	(243)	1.182	(377)	128.442
Outros Programas								
Adutora João Leite	152401	729	-	-	-	-	-	729
Adutora João Leite	016705	1.472	-	-	-	-	-	1,472
Novo Gama	172235-67/34	-	-	-	-	-	-	-
Amaralina - FUNASA	25	248	-	-	-	-	-	248
Itapetina - ANA/PRODES	6815	4.651	-	-	-	-	-	4,651
Pires do Rio - ANA/PRODES	6815	1.976	-	-	-	-	-	1,976
Campos Verdes - FUNASA/SECIMA	TC 650/20	385	-	-	-	-	-	385
Goiania-Recuperação Florestal	015300516	1.011	-	-	-	-	-	1,011
Total Outros Programas		10.463						10,463
Projeção para Perdas em Obras								
Total Geral		92.337	46.724	(3.175)	(243)	1,182	(377)	138,442

17. INTANGÍVEL

	31/12/18	31/12/17
Sistema de Água	2.668.708	2.820.887
Sistema de Esgoto	3.125.171	3.047.368
Software (Licenças)	18.804	-
Provisão para Perdas	(216.259)	(217.508)
Amortização Acumulada	(2.468.563)	(2.276.517)
Adiantos a Realizar - Águas Limpas	57.226	53.765
Não Orenco - Água	41.673	114.01
Não Orenco - Esgoto	25.080	41.621
Estações de Obras	18.622	13.884
Total	3.280.488	3.267.301

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

Intangível em uso	Saldo em 31/12/17	Adição	Baixa	Deprec. Anort	Movimento Período	Transf. De Obras	Transf. P/ Invoc.	Saldo em 31/12/18
Sistema de Água	2.435.455	25.378	(686)	-	(4.092)	41.629	-	2.502.262
Sistema de Esgoto	2.735.707	1.959	(4)	-	(1.683)	37.433	-	2.770.915
Amortiz. Acumulada	(2.276.617)	-	-	(216.272)	6.750	-	-	(2.486.139)
Software (Licenças)	-	-	-	-	-	18.804	-	18.804
Amort. Software (Licenças)	-	-	-	-	(330)	-	-	(330)
TOTAL	2.894.545	21.378	(690)	(216,272)	438	98,866	-	2.814,413



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldopreendedorgoiano.go.gov.br

Intangível em andamento	Saldo em 31/12/17	Adição	Baixa	Deprec. Amort.	Movimento Período	Transf. Outras	De	Transf. P/ Imob.	Saldo em 31/12/18
Sistema de Água	185.151	62.013	-	-	(11.807)	-	-	(41.450)	194.447
Sistema de Esgoto	214.162	77.480	-	-	4	-	-	(37.387)	354.298
Apontaria, Paving e Águas Limpas	33.765	-	-	-	3.455	-	-	-	37.220
Escovo de Cores	13.884	-	-	-	5.823	-	-	-	19.707
Não-Onceno - Água	114.201	14.383	-	-	66.811	-	-	-	195.395
Não-Onceno - Esgoto	11.921	18.335	-	-	73.176	-	-	-	103.432
Provisiono Para Perdas	(217.936)	-	-	-	1.049	-	-	-	(216.887)
TOTAL	474.858	172.811	-	-	(90.748)	-	-	(78.837)	678.044
TOTAL DO INTANGÍVEL	3.357.401	202.189	(542)	(218.472)	(80.810)	-	89.886	(78.837)	3.780.485

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS										31/12/2018	31/12/2017
Banco	Contrato	Início	Venc.	Taxa contratual anual	Cláusula de Transação a serem apropriadas	Captação	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BRASIL	333731095	05/04/15	13/02/18	4,5% + CDI	339	15.500	Vinculação da receita de 10% do saldo devedor no final de cada mês	-	-	1.323	-
BRASIL	333731235	27/12/17	09/02/20	2,9% + CDI	343	30.000	Vinculação da receita de 20% do saldo devedor no final de cada mês	7.925	22.120	43	35.009
BEM	630893918	03/02/16	03/02/19	10,35% + CDI	349	20.000	Vinculação da receita de 15% da cada parcela vencida	-	-	7.437	5.626
BIC	1247294	03/02/14	03/02/18	6,17% + CDI	535	20.000	Vinculação da receita de 12% da cada parcela vencida	-	-	5.789	-
FIBRA	010671316	28/06/16	28/06/19	9,35% + CDI	335	30.000	Vinculação da receita de 15% da cada parcela vencida	3074	-	6.020	3.000
INTERMEDIUM	756358018	15/02/16	08/02/18	10,35% + CDI	128	8.000	Vinculação da receita de 15% da cada parcela vencida	-	-	1.919	-
PANAMERICANO	7228918	27/07/16	10/04/18	9% + CDI	416	12.500	Vinculação da receita de 12% do saldo devedor no final de cada mês	-	-	4.233	-
IBM	Amenidade Mercantil	-	-	3,45% + CDI	-	-	Aleação no Banco Agente Financeiro	659	1.920	2.418	1.752
FDC IV	1511215	15/12/22	3% + CDI	47.525	-	800.000	Vinculação da receita de 5%	130.637	22.365	10.535	624.851
Cetes Subordinadas FDC IV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limite Especial Itaú - Águas Limpas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limite Especial Itaú - Águas Limpas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costos de Transação	-	-	-	-	-	-	-	16.827	134.831	1.249	135.558
TOTAL	-	-	-	-	50.773	669.722.000	-	119.436	342.710	435.207	397.663

FINANCIAMENTOS										31/12/2018	31/12/2017	
Banco	Contrato	Início	Venc.	Taxa contratual anual	Vr. Financiado	Contrapartida Saneago	Total Investimentos	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
CEF	440481-37	31/12/13	14/03/17	6,75% + TR	119.484	13.275	132.759	Vinculação da Receita de 22%	4.307	7.244	5.942	11.257
CEF	450481-37	31/12/13	14/03/17	6,0% + TR	33.226	2.825	36.051	Vinc. Carta reserva eq. A 3 vezes o Serv. única mensal do CT	154	5.005	151	5.179
CEF	0410517-19	14/03/14	14/03/17	6,0% + TR	17.362	012	18.265	Vinc. Carta reserva eq. A 3 vezes o Serv. única mensal do CT	932	26.823	709	24.332
CEF	0410517-19	14/03/14	14/03/17	6,0% + TR	17.362	012	18.265	Vinc. Carta reserva eq. A 3 vezes o Serv. única mensal do CT	211	5.637	183	3.249
CEF	0410517-19	14/03/14	14/03/17	6,0% + TR	17.362	012	18.265	Vinc. Carta reserva eq. A 3 vezes o Serv. única mensal do CT	1.543	43.628	1.552	31.277
CEF	0410517-19	14/03/14	14/03/17	6,0% + TR	17.362	012	18.265	Vinc. Carta reserva eq. A 3 vezes o Serv. única mensal do CT	1	22	1	24
CEF	26340190332-04	29/06/06	30/04/20	12% + TR	2.707	479	3.185	Vinc. Carta reserva eq. A 3 vezes o Serv. única mensal do CT	173	1.625	251	1.795
CEF	26340190332-07	29/06/06	30/04/20	12% + TR	35.253	3.921	39.214	Sem Garantia	1.706	21.129	2.433	20.911
CEF	2635245357-65	30/06/08	12/11/20	6,5% + TR	6.500	600	7.100	Sem Garantia	321	3.373	304	4.206
CEF	2634245358-47	03/10/09	14/03/21	9% + TR	3.500	500	4.000	Sem Garantia	656	5.500	586	6.756
CEF	2634245358-42	03/10/09	14/03/21	9% + TR	13.000	1.662	14.662	Sem Garantia	663	4.300	619	5.161
BID	141400	11/02/02	11/10/27	5,82% + VC	5.476.000	-	5.476.000	Sem Garantia	10.881	79.900	8.213	79.742
BANDES	11204021	14/12/11	14/12/21	2,51% + TLP	31.154	-	31.154	Vinculação da Receita de R\$ 2 milhões com 0%	542	1.272	545	1.502
BRASIL	4570103-3	19/07/12	01/04/22	2,94%	2.360	-	2.360	Vinculação da receita de 10% do saldo devedor no final de cada mês	376	752	383	1.516
BRASIL	4570084-4	29/12/12	01/04/22	2,94%	8.546	-	8.546	Vinculação da receita de 10% do saldo devedor no final de cada mês	684	5.514	684	6.212
TOTAL	-	-	-	-	406.529	30.040	429.349	-	22.950	211.574	213.336	203.308

DÉBITOS										31/12/2018	31/12/2017
Banco	Início	Venc.	Taxa contratual anual	Garantias	Cláusula de Transação	Cláusula a serem apropriadas	Valor Captado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures 2ª Emissão	15/09/13	15/09/18	7,5% + IPCA	Vinculação da receita de 10% do valor de cada parcela vencida	1.611	242	1.369	-	-	22.750	-
Debêntures 3ª Emissão	04/09/15	14/09/22	10,35% + TLP	Vinculação da receita equivalente a 9,5%	5.362	3.491	236.000	-	-	25.661	41.769
Debêntures 4ª Emissão	28/12/17	15/12/23	2,95% + CDI	Vinculação da receita de 150% do valor de cada parcela vencida	1.443	790	130.000	25.825	10.645	32	130.000
Debêntures 5ª Emissão	15/11/15	18/11/23	100% CDI	Cessão F. Di. Cetes Credtores	4.296	4.295	250.000	852	250.000	-	-
Costos de Transação	-	-	-	-	-	-	-	(1.705)	(4.286)	(1.630)	3.646
TOTAL	-	-	-	-	12.712	12.728	416.369	24.572	255.365	27,977	175.375

Total geral de empréstimos e financiamentos **164.966.800,741** **202.351.729,072**

Demonstrativo do Não Circulante por falta de vencimento			31/12/18	31/12/17
2018	-	-	-	154.328
2019	250.473	-	250.473	188.717
2021	254.322	-	254.322	182.278
2022	203.207	-	203.207	131.145
2023 em diante	229.500	-	229.500	138.519
*Sem efeito das datas subordinadas e Custos de Transação	608.502	-	608.502	643.287

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS
Assinado digitalmente pelo ADC - AGENCIA DE REG. CENTRAL
CÓDIGO DE ATRIBUIÇÃO: 67000000



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldopreendedorgoiano.go.gov.br

BID

Os juros são pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, com taxa determinada pelo próprio BID a cada semestre. A taxa de juros do pagamento efetuado em 11 de abril de 2018 foi de 1,61% ao semestre (3,24% ao ano). As amortizações são em parcelas semestrais, com início em 11 de outubro de 2008 e término em 11 de outubro de 2037.

Debêntures - 4ª Emissão

Em dezembro de 2017, fez-se instrumento particular de escritura da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie outorgada com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução de CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Caução fiduciária foram celebrados de acordo com a 351ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de novembro de 2017, e 362ª reunião do mesmo conselho de 15 de dezembro de 2017.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado
130.000	1.000	130.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.1.4, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados a cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O Índice Financeiro estabelecido para a IV Emissão das debêntures é o EBITDA Ajustado menos ou igual a 3,0 e para o encerramento do exercício de 2018, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados a cobertura de dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 4ª emissão de debêntures.

Debêntures - 5ª Emissão

Em dezembro de 2018, fez-se instrumento particular de escritura da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie outorgada com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 69 da Lei nº 404, de 16 de dezembro de 1978 e Instrução de CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Caução fiduciária foram celebrados de acordo com a 370ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 09 de novembro de 2018.

Quantidade de debêntures emitidas	Valor Unitário	Valor captado
250.000	1.000	250.000.000

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados a cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O Índice Financeiro estabelecido para a V Emissão das debêntures é o EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,0 e no encerramento do exercício de 2018, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados a cobertura de dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures.

BNDES

Os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES contém cláusulas restritivas, com acompanhamento anual, que protegem o interesse do credor estabelecendo condições que não devem ser descumpridas (covenants) que não foram integralmente atendidas, relacionada a cobertura da dívida e capacidade de pagamento das obrigações do curto prazo. A administração obteve em 09 de setembro de 2017 junto a Instituição Financeira a suspensão da exigibilidade do cumprimento dos índices econômico-financeiros até 31 de dezembro de 2017. Já para 2018, retornou a exigibilidade dos índices, no entanto, houve cumprimento somente parcial dos índices.

FIDC IV

Em assembleia geral realizada em 05 de junho de 2017, conforme previsto no Artigo 60, alínea (a) do Regulamento do Fundo, houve criação do evento de avaliação de índice de monitoramento da Saneago, estabelecendo condições que não devem ser descumpridas e que pode implicar em vencimento antecipado da dívida se não foram integralmente atendidas, relacionada a cobertura de dívida, a vigorar a partir do encerramento do 2º semestre de 2017.

Não houve descumprimento dos índices financeiros relacionados a cobertura da dívida para o exercício de 2018.

Banco do Brasil

Em 20 de dezembro de 2017 foi assinada Cédula de Crédito Bancário - CCB Nº 330.701.295 entre a Saneago e o Banco do Brasil. Conforme a Cédula de Crédito Bancário, Cláusula Decima contém restrições onde o Banco poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas. Cabe ressaltar que os indicadores financeiros são acompanhado anual. Na posição de 31 de dezembro de 2018 a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados a cobertura de dívida.

14. a) Movimentação efetuada nos Empréstimos e Financiamentos

	Captações	Pagamentos Efetuados	Encargos Apropriados	Cotações	Pagamentos Efetuados	Encargos Apropriados
	01/01/18 a 31/12/18	01/01/18 a 31/12/18	01/01/18 a 31/12/18	01/01/17 a 31/12/17	01/01/18 a 31/12/18	01/01/17 a 31/12/17
Caixa Econômica Federal - CEF	19.724	19.983	6.759	-	15.046	7.428
CEF - Com Recursos do FGTS	1.576	5.138	4.479	-	6.285	4.888
Banco Intercambiana de Desenvolvimento-BID	-	12.443	17.453	-	10.455	3.459
Banco Nacional de Desenv. Econ. Social	-	661	187	-	36.963	1.446
Banco do Brasil S/A	-	4.954	2.719	38.000	34.380	1.545
Banco Industrial e Comercial S/A - BIC	-	5.987	57	-	21.563	2.356
Banco Daycoval	-	-	-	-	5.676	307
Banco Safra	-	-	-	-	13.134	1.096
Banco Panamericano	-	4.237	94	-	19.738	1.317
Banco Interatlântico	-	1.529	1120	-	2.310	1.073
Banco ABC	30.000	30.000	-	-	-	-
Banco Itiao	14	34	-	10.000	-	-
BFG	-	-	-	-	9.097	415
Fundo de Invest. Diretos Cred. SANEAGO INFR IV	-	154.467	57.423	-	146.762	69.148
Cotas Superinadas FIDC IV	-	200	(1.734)	-	29.994	(12.625)
Banco IBM-Leasing	-	2.340	596	-	2.631	493
Banco Semear	-	-	-	-	2.631	361
Banco BGM S/A	20.000	61.366	783	80.000	403.889	6.435
Banco Flora	-	6.320	694	-	8.334	2.320
Debêntures	250.000	111.549	21.055	130.000	71.011	17.548
Custo de Transação	-	3.953	14.652	-	4.589	11.998
Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-	(1.150)	-	-	(1.317)
Total	365.314	452.411	123.766	250.310	630.079	136.470



19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/18	31/12/17
Circulante		
Salários a Pagar	-	23.017
Pensão Alimentícia e Rescisões	333	31
PREVSAF	3.651	5.983
CAESAF	2.530	2.222
Emprestimos Consignados	1.263	1.653
SESI SENAI	1.216	1.095
Contribuição Sindical	170	-
Férias a pagar	48.073	41.647
FGTS sobre férias e 13º salário	3.679	3.528
INSS a recolher sobre salários, Férias e 13º salário	51.172	48.500
Programa de Desligamento Voluntário (a)	6.279	6.367
Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados	4.540	-
	103.896	136.731
Não Circulante		
Programa de Desligamento Voluntário (a)	-	8.144

a) Referem-se aos valores de vale alimentação e assistência médica garantida pelo Programa de Desligamento Voluntário

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS

	31/12/18		31/12/17	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISS	451	-	793	-
PIS	2.371	-	2.857	-
Parcelamento junto à Receita Federal (a)	8.302	8.270	12.583	13.899
IRPJ	-	-	3.467	-
COPFINS	9.608	-	21.592	-
Contribuição Social	-	-	1.249	-
Patronais de Contribuições Federais	6	-	619	-
IRRF Prestação de Serviços	189	-	122	-
INSS Prestação de Serviços	1.264	-	2.199	-
IRRF Folha de Pagamento	10.268	-	19.071	-
Outros	-	-	1.037	-
	27.172	8.270	61.280	13.899

a) Receita Federal do Brasil

Em 21 de dezembro de 2017, foi divulgado dentro do grupo parcelamento e, em 2018 foi transferido para obrigações tributárias

A Medida Provisória nº 766/2017 instituiu o Programa de Regularização Tributária - PRT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral de Fazenda Nacional, regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1587/2017 e Portaria GFN nº 152/2017

A Companhia possui parcelamentos preventivos e não preventivos decorrentes de débitos de períodos anteriores e após análise aos procedimentos previstos no Programa em 26 de março de 2017 tentou a vista a possibilidade de se utilizar como pagamento o crédito fiscal acumulado

A Companhia vem efetuando o pagamento e guarda a homologação do parcelamento pela Receita Federal. A opção foi pagar 24% da dívida em 24 prestações mensais e amortizar o saldo remanescente através de prejuízo fiscal acumulado conforme discriminado abaixo

INSS	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Redução de juros	Saldo Parcelamento
Saldo parcelamento em 28/02/17	17.197	43.102	-	57.299
Saldo remanescente (a)	(10.812)	(23.228)	5.378	(28.662)
Saldo reparcelamento em 06/03/17	6.385	19.874	5.378	28.595
COPFINS	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Juros	Saldo Parcelamento
Saldo parcelamento em 28/02/17	8.299	25.211	-	33.510
Saldo remanescente (a)	(4.331)	(21.019)	(1.557)	(26.907)
Estado de encargos	-	(1.200)	-	(1.200)
Saldo reparcelamento em 06/03/17	3.968	3.990	(1.557)	6.401
IRRF	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante		Saldo Parcelamento
Saldo parcelamento em 28/02/17	51	606	-	657
Saldo remanescente (a)	(1.021)	(4.861)	-	(5.882)
Estado de encargos	-	(49)	-	(49)
Saldo reparcelamento em 06/03/17	40	90	-	130

A Saneago compensou débitos PIS/COPFINS com créditos de IPI da usina Furnas referente a agosto e setembro 2002. A Receita Federal considerou não dada a das as compensações de agosto 2002 e não homologado as de setembro 2002, gerando assim os autos de infração nº 10.20.005228/2003-25 PIS e 10.20.005630/2003-05 COPFINS em 22/09/2003 e o pagamento das mesmas em duas parcelas de R\$ 85 cada e o restante de R\$ 1.303 por compensação com prejuízo fiscal

PIS/COPFINS	Principal	Multa	Juros	Encargos / Honorários	Total
Saldo Parcelamento nov/17	930	86	1.744	572	3.332
Entrada 5% - Valor pago	(46)	(5)	(87)	(28)	(166)
Desconto	-	(86)	(1.325)	(542)	(2.013)
Saldo Remanescente(a)	884	75	332	502	1.793

Acordo referente a débito COPFINS compensação indevidamente e excluídos no Perfil/Conta período de apuração 31/03/2013, sendo o pagamento de 20% em 3 parcelas e o restante, conforme recibo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária, com parcelado com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL

COPFINS	Principal	Multa	Juros	Total
Saldo parcelamento nov/17	431	86	226	743
Entrada 20% - Valor pago	86	17	45	148
Saldo Remanescente(a)	345	69	181	595

Em junho de 2018 fez-se novo parcelamento junto à Receita Federal, referente à compensação dos 100% do prejuízo fiscal, sendo o limite permitido de 50%.

IRPJ/GSLL	Princpal	Multa	Juros	Total
Saldo parcelamento Junho/18	-	2.470	2.666	5.136
Entrada 24% - Valor pago	-	583	640	1.223
Saldo Remanescente(a):	-	1.877	2.026	3.903

a) Saldo remanescente transferido para obrigações tributárias no passivo não circulante, e o correspondente lançado em contrapartida aos créditos diferidos pela compensação do prejuízo fiscal.

Compensação Realizada com Prejuízo Fiscal

	30/06/18	30/12/17
INSS 28/02/17	-	42.182
PISCOFINS 28/02/17	-	27.277
IRRF 28/02/17	-	568
PISCOFINS 30/11/17	-	1.900
COFINS 30/11/17	-	896
IRPJ/GSLL 06/18	3.653	-
	3.653	74.803

b) INSS - Débitos Previdenciários

A Companhia aderiu ao programa especificado na Lei 13.466/2017, que regulamentou o Programa Especial de Recuperação Tributária - PERT junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Adia a desatualização no processo judicial nº 200555001017769 decorrente do não cadastramento no Programa de Fomento ao Trabalhador - FAT e que incidia contribuição previdenciária sobre os valores pagos à título de vale-transporte nas competências de 01/2004 a 12/2005. O parcelamento ficou assim estruturado:

Parcelamento	Princpal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total
Quantidade de parcelas	5.328	3.753	3.395	3.591	17.977
4	346	277	493	224	1.340
146	26	18	11	9	66

21. PARCELAMENTOS

	Inicio	Final	Qtda Parcelas	Atualização	31/12/18		30/12/17	
					Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
I CELG - Águas Lindas	22/11/93	22/12/18	180	de acordo com a tarifa de energia	9	-	104	9
II AGR - Agência Goiana de Regulação	10/12/16	10/12/50	180	Atualização 0,8% a.m. + juros 0,5% a.m	631	16.444	447	12.502
III STUEG	26/06/17	26/03/18	10	-	-	-	6.074	-
IV Triago França	26/06/17	26/02/19	10	-	-	-	1.009	-
V CODECO - Companhia de Desenv. Econ. de Goiás	11/06/16	11/05/19	56	Caselela da Focuzinga	2.613	-	5.348	3.097
VI ABC - Agência Brasil Central	20/07/10	20/02/18	20	-	-	-	157	-
VII Prefeitura Municipal de Goiânia	23/06/16	23/02/21	20	-	1.684	3.312	8.858	-
VIII CISA	14/09/17	14/07/18	5	-	505	-	2.257	-
IX Ministério Público Escopo de Goiás - ETE Pq. Atenas	13/02/16	15/03/18	6	-	600	-	-	-
X FMSA - Águas Lindas	28/12/16	11/13/18	4	-	21.293	-	-	-
Júlio César Batista	30/04/16	30/07/18	8	-	12	-	-	-
Imônio Mendonça	30/10/18	30/04/19	7	-	957	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	141	125
					28.116	18.766	24.435	16.253

II-CELG

a) CELG II - Águas Lindas

Em 22 de junho de 2003, a Companhia celebrou com a Companhia Energética de Goiás - CELG, hoje denominada CELG Distribuição S/A - CELG D, Termo de Compromisso 630/2003, referente a obrigações pendentes dos papéis artesanais de Águas Lindas, pertencentes e operados até então pelos fornecedores Nilson de Jesus Ferreira da Moura, Edison Ferreira Vaz - Aguiari e Nilson Lima - Munuel.

Os débitos das empresas Aguiari e Munuel foram pagos de imediato. O débito referente a Nilson era no momento de R\$3.111, sendo que PS 1.506.153/18 foram registrados como obrigação da Saneago conforme sua participação na Construção Águas Lindas.

b) AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

Em 10 de dezembro de 2015, a Companhia firmou Termo de Adesão e Parcelamento de Conto nº 256/15, com valor na Lei nº 18.108 de 25 de julho de 2015, modificado pela Lei 18.357 de 16 de julho de 2016.

O montante engloba saldos remanescentes dos Termos de Adesão nº 224/2011 e 01/22/2013 referente a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização - TRCF de períodos anteriores e Autos de Infração relacionados a não cumprimento de requisitos regulatórios.

Total Consolidado	
Princpal	10.926
Multa Formal	2.737
Multa	42
Juros	195
TOTAL	13.700

III STUEG - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás

Em 17 de março de 2018, a Companhia e o STUEG homologaram acordo, processo nº R7Qrd 001478-78-2018 e 19.0003 em que a Saneago reconhece como crédito devido aos substituídos (empregados) o valor de R\$5.395, decorrente de base de cálculo equivocada para apuração dos valores devidos a título de horas extras prestadas em dias de repouso semanal remunerado e férias de setembro de 2010 a dezembro de 2015.

A Saneago efetuou o pagamento das verbas previdenciárias devidas tanto a parte patronal, como a que seria de responsabilidade do Substituto.

b) Em 20 maio de 2017, a Companhia e o STUEG homologaram acordo, processo nº R7Qrd 0013914-25-2016, 5.13.0005 em que a Saneago reconhece como devido aos empregados as horas extras em repouso semanal remunerado do período de junho/2017 a junho/2018.

A Companhia se comprometeu a pagar diretamente ao STUEG o valor de R\$ 21.656 e esta se responsabilizou em efetuar o pagamento de parcela devida a cada substituído conforme cronograma abaixo e sua liquidação em 22/18.



Parcela	Valor	Vencimento	Parcela	Valor	Vencimento
1	2.102	26/05/2017	6	2.146	26/11/2017
2	2.152	26/07/2017	7	2.153	26/12/2017
3	2.148	26/08/2017	8	2.145	26/01/2018
4	2.150	26/09/2017	9	2.151	26/02/2018
5	2.151	26/10/2017	10	1.952	26/03/2018
Total			21.558		

IV) Thiago Frego Sociedade Individual de Advocacia
Honorários advocatícios decorrentes do acordo homologado em 20 de maio de 2017 entre Saneago e STJUEG, processo nº RT/04.00.129/4.26.2016.6.18.0005 conforme sentença unânime a Saneago deve pagar a seguinte tabela mensal de parcelas de reembolso a este favorecido e cujo valor devido em 2018:

Processo	Valor (R\$)	Processo	Valor (R\$)
28306/14	635	17284/15	477
1544/15	750	16716/15	855
4177/15	752	20880/15	1.306
4183/15	633	935/16	914
8027/15	714	2130/16	958
7447/15	687	4225/16	914
9592/15	650	8599/16	954
12238/16	768	8787/16	945
14405/16	854	Correção	522
Total		16.448	

V) CODEBIC - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás
Em 07 de junho de 2016 a Saneago celebra termo de acordo nº 1128/16 com a CODEBIC, no valor de R\$ 1.445 referente a fornecimento de água conforme descrito no Anexo

VI) ABC - Agência Brasil Central
Em 30 de Junho de 2016, a Saneago e ABC firmaram termo de acordo com objetivo de ajustes de contas entre as partes, com vistas à mobilização na quitação de débitos existentes. Será deduzido do total devido pela Saneago de R\$ 1.971.733.629 referente a créditos a receber de consumo de água da ABC. Este parcela memo foi quitado em 2018.

VII) Prefeitura Municipal de Goiânia
Em 24 de abril de 2017, firmou-se termo de acordo entre a Saneago e a Prefeitura Municipal de Goiânia, no valor de R\$ 16.089, sendo R\$ 12.464 relativos a contraprestação pela concessão dos serviços e R\$ 3.625 referente às medições do corte de estatística de período de 2016 e 2018.

VIII) OI S/A.
Em setembro de 2017, a Saneago assinou termo de negociação de dívida com a OI S/A para liquidação de débitos pendentes de maio a agosto de 2017 no valor de R\$ 1.261,34 a ser pago em 5 parcelas.
Em 22 de dezembro de 2017, a Saneago assinou outro termo de confissão de dívida com OI Móvel S/A para liquidação de débitos pendentes no montante de R\$ 2.018 para pagamento em 12 parcelas.

IX) Ministério Público Estado de Goiás
Em 13 de dezembro de 2018 a Saneago e o Ministério Público de Goiás firma o Termo termo de compromisso, responsabilidade e ajustamento de conduta com duração de concluir as obras da estação de tratamento de esgoto do Parque Abreu em Goiânia até o final de abril de 2020.
A título de compensação ambiental devido ao descumprimento do TPO firmado em 24 de julho de 2005 e de seus anexos, a Saneago se compromete a pagar:

Parcelas	Vencimento	Valor	Beneficiário
1	15/01/19	100	Projeto de aquisição de bens e equip. para cooperativas
2	15/02/19	100	Projeto de aquisição de bens e equip. para cooperativas
3	15/03/19	50	Projeto de mobilização total de coleta seletiva
4	15/04/19	100	Projeto de mobilização na marcenaria de captação
5	15/05/19	100	Projeto de mobilização na marcenaria de captação
6	15/06/19	150	Projeto de mobilização social na educação em saneamento básico
		600	

X) FMSA
Em 28 de dezembro de 2018 a Saneago firmou Termo de Acordo com o município de Aguas Lindas no qual se compromete a reassinar ao Fundo Municipal de Saneamento, Ambiental de Infraestrutura - FMSAI de Aguas Lindas a importância de R\$ 20.293, sendo este valor a título de compensação pelo vencimento antecipado do Contrato de Concessão nº 17/2020 e mediante celebração de Contrato de Programa.

22. OUTRAS CONTAS

	31/12/18	31/12/17
Circulante		
Caixa	1.879	3.981
Contas a Receber	-	387
Outras contas (a)	31.719	109
	32.096	3.977

(a) Despesas da exercício 2018 cujo registro fiscal efetivou-se no exercício de 2019

23. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

	31/12/18	31/12/17
Processos Cíveis	46.265	43.834
Processos Trabalhistas	73.254	17.635
CCR - Agência Goiana de Regulação	229	95
Responsabilidade de Saneago	10.219	5.757
	130.035	77.321

O aumento nas causas trabalhistas é devido a nova estrutura por parte do departamento unido da companhia, em função a processos de autor e do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias Urbanas do Estado de Goiás, pleiteando pagamento de horas de integração nas Diárias de viagem ao salário de salário Ação Coletiva - DSR concedido de forma indevida aos que laboram em escala de revezamento e Ação Coletiva de Inicialmente Inicialmente

Anexo à apresentação das provisões

	Saldo 31/12/17	Provisões Reconhecidas	Reversões	Saldo 31/12/18
Processos Cíveis (a)	43.854	26.054	(23.753)	46.055
Processos Trabalhistas	17.005	57.328	(1.839)	72.294
AGP - Agência Goiana de Regulação	90	844	14	938
Desapropriação (b)	9.798	20.758	(20.208)	10.218
TOTAL	71.255	104.854	(44.744)	131.535

Processos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte integrante de milhares de processos com causas cíveis e trabalhistas classificadas como provisões de perdas pelos assessores jurídicos, devidamente provisionadas de acordo com a Deliberação da CVM 59/09 e CPC 25.

a) Cíveis: a entidade é parte passiva em vários processos cíveis e trabalhistas, sendo os mais relevantes demonstrados a seguir:

Processo	Natureza	Descrição	Autor	Estimativa
0310249-85/2016-5-18-0016	Trabalhista	Ação Coletiva - pg. de Intervalo Interjeção	STJUEG	20.000
0011514-03/2016-5-18-0004	Trabalhista	Ação Coletiva - DSR concedido de forma indenida	STJUEG	13.000
0311048-32/2016-5-18-0013	Trabalhista	Ação Coletiva - Intervalo intrajornada	STJUEG	10.151
0312069-83/2016-5-18-0026	Trabalhista	Integração das Diárias de viagem ao sítio	STJUEG	3.000
0301590-79/2016-5-18-0008	Trabalhista	Periculação - Dispensa não concedida	Pedro Marco M. de S. Quina	1.500
17-23007362/2007-74	Tribunais	Auto de Infracção (IRPJ)	Receita Federal de Brasil	7.581
23063500105968-6	Tribunais	Execução Fiscal	UNIAO	6.685
121210059300003-06	Tribunais	Auto de Infracção (COPINS)	Receita Federal de Brasil	5.403
230635001009821-0	Tribunais	Execução Fiscal	UNIAO	1.443
	Total			67.165

b) Referência a estimativa das desembolsos futuros para pagamentos do desapropriação de terrenos que estão em processos e em andamento, os quais serão contabilizados no ativo intangível da Companhia.

Causas Possíveis

Não são provisionadas, mas são avaliadas constantemente quanto ao possível de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia.

	31/12/18		31/12/17	
	Valor Estimado	Ctdo.	Valor Estimado	Ctdo.
Cíveis (a)	300.353	2.175	309.657	1.946
Tribunais (b)	227.269	21	61.522	17
Trabalhistas	2.446	25	3.246	16
	530.068	2.221	374.425	1.981

a) Destaca-se algumas com valores mais elevados, promovidas pelo Ministério Público em defesa do consumidor ou ajuste de contas, bem como ações individuais populares, da execução obrigatória de fazer, comitativas, cautelares declaratórias e de indenização por falta de água.

b) Decretos de fiscalização da União, Estado e Município, onde foram exigidas multas por ausência de recolhimento de tributos. Em defesa a Saneamento com ação arbitral visando a anulação do pedido fiscal e também embargos na execução fiscal visando a improcedência das

Processo	Autor	Valor - R\$
201654-13/2016	Município de Goiânia	21.828
10120-734664/2018	Receita Federal do Brasil	6.425
10120-734666/2018	Receita Federal do Brasil	5.758
101200459270303-44	Receita Federal do Brasil	60.260
101200259292033-75	Receita Federal do Brasil	13.576
0241598-66/2008-6-02-0051	Município de Goiânia	6.844
0073173-87/2010-6-17-0001	Usina Purnaly	3.451
144562-97/2012	Sérgio Mendes de Souza Queiroz	67.556
133065-68/2009	Ministério Público de Minas	16.523
215550-85/2004	Ministério Público de Goiás	13.773
250140-93/2008	Ministério Público de Goiás	4.921
200803561387	Ministério Público de Goiás	63.885
200704213221	Ministério Público de Minas	88.294
2008035611567	Ministério Público de Minas	22.122
5296725-85	Ministério Público de Rio Verde	1.624
		496.215

24 REEÇÕES CONTROLADOS EM CONJUNTO - CONSÓRCIOS

Passivo Circulante	31/12/18	31/12/17
Consórcio Águas Lindas/GO	1.432	1.835
Consórcio Caramuru/GO	325	3.372
	1.757	4.207
Passivo Não Circulante		
Consórcio Águas Lindas/GO	14.380	23.420
Consórcio Caramuru/GO	69.965	67.360
	84.345	90.780

a) Consórcio Águas Lindas

As Companhias Saneago e CAEBS consultaram o Consórcio Águas Lindas em 17 de abril de 2013, inscrita no CNPJ 05.866.479/0001-50, com sede na Quilômetro 43, Conjunto B, Lote 36 a 59, Salos 31 e 04, Setor D1, Município de Águas Lindas de Goiás - CEP 72.813-020 - O prazo de Jurisdição do Consórcio é de 51 (um) e unidade, renovável por igual período e será vinculada ao contrato de concessão existente entre o Município e as companhias consorciadas.

O consórcio tem por objetivo específico tratar as diretrizes para avaliação, nos estudos, análise e providências para exploração econômica e implementação de infraestrutura de saneamento em todas as suas fases e processos, incluindo a instalação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Águas Lindas de Goiás - GO.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela Diretoria de Gestão Corporativa da consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentados em conjunto de contas mensais onde uma consorciada aprova o encerramento de contas apresentado pela outra.



Este consórcio se enquadra na modalidade operação em conjunto (joint operation). Segundo o CPC 19, itens 14 e 15, as partes integrantes nos dados o controle conjunto do negócio tem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. Conforme a estrutura e participação das consorciadas e quitadas em 2018, no entanto a mesma está desproporcional. Em 31 de Dezembro de 2018 a consorciada CAESB detém 63,81% e a Saneago 36,19%, sendo que a diferença está reconhecida no passivo não circulante de Saneago.

Balanco Patrimonial - Consórcio Águas Limpas

	31/12/18	31/12/17		31/12/18	31/12/17
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.875	1.463	Aportes a Realizar - Fornecedores	3.842	5.225
Contas a Receber de Usuários	4.259	5.284	Empresas	-	21
Tributos a Compensar	-	-	Obrigações Trabalhistas	474	-
Despesas Antecipadas	677	-	Prestamentos	20.311	218
	4.911	4.717	Outras Contas	438	727
				25.065	6.191
Não circulante			Não circulante		
Contas a Receber de Usuários	501	816	Prestamentos	-	163
Deveres Judiciais	225	245	Provisão para Demandas Judiciais	548	672
Despesas Antecipadas	19.617	-		548	835
	20.743	1.061			
Imobilizado			Patrimônio líquido		
Obras em andamento	176	37	Fundo de Participações	138.638	42.242
Intangíveis	68.263	115.812	Reserva Legal	20.131	20.131
	68.439	115.849	Lucros/Prejuízos acumulados	8.415	-
	161.440	161.624		165.184	162.371
Total do ativo	190.401	169.302	Total do passivo	190.401	169.302

4) Consórcio Corumbá

A Companhia Saneago e CAESB constituem o Consórcio Corumbá em 17 de setembro de 2009 (Inscrito no CNPJ 08.801.874/0001-03, com sede na Rua Pedro, Quadra 184, Lote A, Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás). Sua constituição está embasada nos artigos 278 e 279 da Lei 8.424 de 15 de dezembro de 1976.

O consórcio tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta de empreendimentos denominados Sistema Produtor de Água Corumbá e se atender às demandas dos serviços públicos de esgotamento de águas dos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Inova-Gama e Cidade Ocidental no Estado de Goiás e das cidades castelãs Gama e Santa Maria no Distrito Federal.

Sua administração será exercida por um conselho diretor que terá dez membros com representação paritária e por uma Comissão Executiva a que constituirá um órgão de gestão administrativa e operacional dirigida por dois gestores. O prazo de duração é de 30 (trinta) anos renováveis por períodos iguais e sucessivos.

Em 31 de dezembro de 2018 a consorciada CAESB detém 69,69% e a Saneago 30,31%, sendo que a diferença está reconhecida no passivo não circulante de Saneago.

Balanco Patrimonial - Consórcio Corumbá

	31/12/18	31/12/17		31/12/18	31/12/17
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Total do Ativo Circulante	-	-	Aportes a realizar - fornecedores	4.431	5.178
			Obrigações trabalhistas	54	-
			Total do Passivo Circulante	4.485	5.178
Não circulante			Não circulante		
Obras em andamento - PAC	45.981	32.288	Total do Passivo Não Circulante	-	-
Obras em andamento	209.758	756.751	Patrimônio líquido		
			Fundo de Participação - SANEAGO	106.305	74.664
Total do Ativo Não Circulante	255.737	789.039	Fundo de Participação - CAESB	244.436	208.297
			Total do Passivo	350.742	283.961
Total do ativo	255.737	789.039	Total do passivo	355.227	289.139

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1 - Plano de benefícios previdenciários

O plano de suplementação de aposentadoria administrado pelo PREVSAN é de benefício definido, baseado por contribuições dos participantes ativos, vinculadas, assistidas e da Previdência Saneago. De acordo com o regulamento dos planos, a contribuição mensal da Participadora e em igual valor das contribuições vertidas pelos participantes ativos, mirando a paridade de um para um.

Os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: Suplementação de Aposentadoria por Invalidez; Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Contribuição; Suplementação de Aposentadoria por Idade; Suplementação Especial; Suplementação da Pensão; Suplementação do Abono Anual; Saneago Previdenciário Definitivo. Estes benefícios levam em consideração o Sistema Real de Benefícios, equivalente à parte dos Salários de Contribuição ao Plano e o valor do benefício pago pela Previdência Oficial. Para elaboração dos estudos foram efetuadas avaliações atuariais na data-base de 31 de Dezembro de 2018.

Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

	31/12/18	31/12/17
1. Débito (Superávit) Apurado		
1.1 Contribuições atuariais apuradas na avaliação atuarial	887.826	833.278
2. Valor justo das ações do plano	(630.460)	(435.292)
3. Débito (Superávit) apurado	162.642	167.744
2. Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
2.1 Efeito do Teto do Ativo	67.642	6.714
2.2 Passivos adicionais	-	-
3. Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	67.642	6.714
3. Passivo (Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1. Passivo (Ativo) líquido apurado (p. 1.2 + 1.3)	-	-
Passivo (Ativo) a reconhecer	-	-
Passivo (Ativo) a reconhecer no exercício	-	-

Conforma pode ser idem tudo no quadro anterior, os recursos existentes no plano previdenciário são suficientes para garantir o pagamento das compromissos do plano, apresentando um excedente em 2018 de R\$ 62.642 e em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 6.714.

Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas e premissas atuariais adotadas foram aquelas requeridas pelas ordens da Deliberação do CPC 33/11. Como exigido pelas regras da Norma contábil nº 4060 da Unidade de Crédito Privada para cálculo todas as obrigações atuariais. Em 2018 para o cálculo da média ponderada dos preços dos fluxos de pagamento de benefícios futuros do plano de benefícios ao Passivo, foram utilizadas as seguintes hipóteses e premissas atuariais vigentes na exercise anterior:

Hipóteses e Premissas Atuariais	31/12/2017
Letalidade (L)	Prêmio Escapabilidade
Regime Financeiro	Capitalização
Método de Financiamento	Crédito Unitário Ponderado
Composição Familiar	
Ativos	Família Média
Aposentados	Família Real
Crescimento Real de Salários	3,30%
Taxa de Inflação	1,00%
Taxa Real Anual de Juros	5,35%
Taxas de Entrada em Inatividade	TASA 1077
Taxas de Mortalidade de Inatividade	M-65 segregada por sexo
Taxas de Mortalidade Geral	BR-FMtab-2015, segregada por sexo

Metodologia para o cálculo do passivo e das projeções

Consistiu-se a metodologia adotada por Frederico Marsula, (1976) conforme apresentada a seguir:

$$D = \frac{\sum_{t=1}^n TP_t}{\sum_{t=1}^n TP_t}$$

Onde:

D corresponde a Duração;

t representa o prazo decorrido (t-1) em t-1 ano;

TP corresponde ao valor presente de um fluxo líquido (custo).

O Censo de Duração do Passivo corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios. Equivale das contribuições atuariais conforme plano de custos.

De acordo com as hipóteses atuariais e metodologia acima citadas e utilizadas, resultou-se que a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios do Seguro da Saneago possui 13,13 prazos e uma taxa Real de juros anual de 4,82% referenciada pelos Taxas Fixas da Federa (IRTM-B) divulgadas pela ANBIMA, em 31 de dezembro de 2018.

25.2 - Plano de Assistência à Saúde - Descrição do Plano

1. Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago - CAESAR é uma associação privada sem fins lucrativos, desenhada a prestar aos seus beneficiários contribuintes, dependentes e agregados assistência à saúde médico-hospitalar sob a modalidade de Alíquota patronalizada regular mediante oferecimento de planos coletivos sob o regime de contratação por adesão na forma e condições previstas em Regulamento de Benefícios específico.
2. O Programa de Assistência à Saúde é mantido por contribuições próprias e especiais a base de 40% (quarenta por cento) incidentes sobre o montante das despesas dos empregados durante a atividade no que refere ao patrocínio da Saneago conforme consta no artigo 68 do Regulamento. Já os empregados e aposentados que optarem pelo programa assumem o seu custo e aquele que seja devido pela patrocinadora, conforme dispõe o artigo 69 do Regulamento.
3. O Programa de Assistência à Saúde da CAESAR possui características de Plano de Contribuição Definido. Para fins de atendimento a Deliberação CVM 655/12, a unitabilidade nos compromissos para esta modalidade de Plano e a guarda atrelada do montante das contribuições da Saneago ao Plano que durante o exercício de 31 de dezembro de 2018 R\$ 22.393 (doze mil e 393 reais) (R\$ 18.384 em 31 de dezembro de 2017), não sendo necessário o cálculo das obrigações atuariais.

25.3 - Participação no resultado

O Artigo 67 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o lucro líquido em cada exercício social, depois de adotadas todas as providências legais e de acordo com a Lei 6.404/76 poderá ser destinado, em parte, para qualificar os membros de Diretoria e empregados conforme proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social	31/12/18		31/12/17	
	Quantidade Ações	Valor	Quantidade Ações	Valor
Capital Autorizado	3.425.000.000	3.425.000	3.155.300.000	3.125.000
Capital a Subscriver	(625.453.632)	(625.454)	509.453.632	(625.454)
Capital Social	2.815.546.368	2.815.546	2.615.846.368	2.615.546
Quadro de Ações Ordinárias - 31/12/18				
Acionista	%	Integrabilizadas	A Integrabilizar	Total
Estatuto de Coas	65,56	1.398.138	302.854	1.698.000
Fundo de Prev. Estadual	23,95	488.017	110.753	598.770
Outros	10,49	213.752	48.498	262.250
Total	100,00	2.099.907	462.095	2.500.000
Quadro de Ações Preferenciais - 31/12/18				
Acionista	%	Integrabilizadas	A Integrabilizar	Total
Estatuto de Coas	74,35	351.952	703.904	1.055.856
Fundo de Prev. Estadual	25,67	122.637	245.274	367.911
Outros	0,31	12	24	36
Total	100,00	474.599	953.199	1.427.796
Lucro/(Prejuízo) por Ação				
Descrição		31/12/18	31/12/17	
Capital Integrabilizado		2.815.546	2.615.846	
Lucro do exercício		1.9.762	283.575	
		0,04802	0,11154	

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS
Assinado digitalmente pelo ABC - AGENCIA BRASIL CENTRAL
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 6204458



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019

www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

O Estatuto Social, em 06, prevê o pagamento de dividendos de 25% do lucro líquido apurado, distribuído em primeiro lugar às titulares de ações preferenciais após a compensação dos prejuízos. O valor unitário das ações ordinárias e preferenciais é de R\$ 1,00.

O Estado de Goiás é o maior cliente da categoria pública da Companhia. Como economia controlador, tem auxiliado a Companhia na obtenção de recursos para investimento no saneamento básico.

b) Integralização de Capital

Até 31 de dezembro de 2018, não houve novas integralizações. Em 30/12 de 2017, foram integralizados pelo Estado de Goiás R\$ 69.007 para investimentos e devoluções para CEF R\$ 35% de recursos que foram liberados e não utilizados referente a contrato de financiamento de obras, reduzindo assim a integralização por parte do mesmo já que cada liberação corresponde a uma integralização de capital.

Integralização	31/12/16			Integralização	31/12/17		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total		Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Estado de Goiás	-	-	-	Estado de Goiás	52.033	13.007	65.040
Goias Parcerias	-	-	-	Goias Parcerias	-	-	-
	-	-	-		52.033	13.007	65.040

c) Reserva de Capital

O saldo desta reserva foi constituído por meio de doações e subvenções para investimentos de 2007, com a partir de 2008, conforme definido na Lei nº 11.639/07, não é mais permitido o registro diretamente na conta Reserva de Capital, devendo estas transferir pelo resultado para a sua posterior transferência a Reserva de Lucros - Reserva de Incentivos Fiscais.

Conforme Instrução Normativa (CVM) 469 de 02 de maio de 2009, Art. 5º, parágrafo único, os saldos existentes nesta Reserva no início de 2008 poderão ser mantidos por prazo indeterminado para sua utilização na forma de art. 202 da Lei 6.426/76.

d) Reserva Legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

e) Reserva para Investimentos

O saldo remanescente do lucro do exercício após deduções e eventuais prejuízos acumulados e reservas legais e dividendos mínimos obrigatórios é destinado a constituição de reserva para investimentos, conforme Artigo 65, inciso II do Estatuto Social da Companhia.

f) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Esta conta foi criada pela Lei 11.838/07, alterada pela Lei 11.841/08 e visa registrar, enquanto não computadas, no resultado do exercício em obediência ao regime da competência as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, bem como a realização da desreconhecimento desses bens.

	31/12/16	31/12/17
Ajuste de Avaliação Patrimonial	50.528	51.203
Tributos fiscais diferidos sobre custo atribuído	(17.173)	(17.404)
	33.355	33.794

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/16	31/12/17
Receitas Brutas		
Receita de Abastecimento de Água e Esgoto	2.232.647	2.149.214
Serviços Técnicos	2.562	1.445
Outorga Subdespesa	5.130	9.100
Receita Estimada	12.051	1.768
Receita de Construção	144.979	79.289
Total	2.404.369	2.337.816
Impostos Incidentes e Devoluções		
PIS	(30.033)	(25.321)
COFINS	(139.323)	(125.872)
ISS	(4.558)	-
Devoluções e Ajustamentos	(1.595)	(1.371)
	(175.489)	(152.564)
Receita Operacional Líquida	2.228.880	2.071.271

28. CUSTOS E DESPESAS

	31/12/16		31/12/17	
	Custo	Administrativa	Custo	Administrativa
Pessoal	476.231	261.747	445.377	426.610
Materiais	85.691	6.375	79.540	4.710
Energia Elétrica	217.693	1.816	150.967	2.145
Serviços de Terceiros	161.551	35.168	123.568	37.278
Remuneração de Concessão	-	-	-	-
Outros	1.152	5.948	19.241	7.629
Amortização	276.402	-	179.571	-
Depreciação	293	4.775	-	79.150
Depreciação de Custo Antecipado	-	614	-	442
Depreciação Leasing	-	559	-	1.212
Total	1.034.323	322.022	1.034.664	608.127
Custo de Construção	144.979	-	79.289	-
Total	1.229.342		1.110.952	

29. PROVISÕES/REVERSOES/PERDAS/RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

	31/12/18	31/12/17
Recuperação Créditos Prescritos	36.076	27.223
Reversão da Provisão para Contingência	128.206	44.657
Reversão das Perdas Esperadas de Liquidação Duvidosa	347.636	20.787
Reversão Perdas Estimadas em Obras	465	-
Reversão Prog. Desligamento Voluntário - PDV	-	75.489
Reversão Perdas Estimadas em Investimentos	66	-
Reversão Perdas Estimadas Estoques	6.875	421
Reversão Perdas de Outros Créditos	38	-
	483.314	141.654
Perdas Créditos Prescritos	(82.314)	(72.113)
Provisão para Contingência	(187.022)	(19.931)
Provisão Perdas Esperada Liquidação Duvidosa	(339.657)	(82.413)
Provisão Perdas Estimadas Obras	-	(5.220)
Provisão Prog. Desligamento Voluntário - PDV	-	(74.527)
Provisão Perdas Estimadas Estoques	(8.971)	(3.783)
	(535.650)	(185.884)
	(99.574)	(90.120)

30. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/18	31/12/17
Receitas Financeiras		
Juros, Multas e Rendimentos	60.566	58.796
Correção Monetária	20.345	28.401
Varição Cambial	-	5.886
	79.911	93.083
Despesas Financeiras		
Juros/Multas/ Encargos e outras despesas	(146.716)	(41.766)
Ajuste a Valor Presente - AVF	(967)	(1.728)
Correção Monetária	(1.965)	(13.204)
Varição Cambial	(14.921)	(11.671)
	(165.569)	(68.369)
Resultado Financeiro	(85.658)	(75.286)

31. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em atendimento a Lei 11.443/2007, a Companhia vem alterando os Contratos de Concessão para Contratos de Programa. Atualmente 67 contratos foram renovados com municípios do estado de Goiás, nos quais estão definidos os investimentos a serem realizados dentro da vigência do Contrato. Abaixo está discriminada a seguinte a ser investido e o montante realizado.

Municípios	Vencimento do Contrato de concessão	Assinatura do Contrato Programa	Valor do Contrato de programa	Valor Investido até 31/12/18 SANEAGO	Valor Investido EMU Ambiental até 31/12/18	Total
1 Adelândia	13/09/13	16/03/18	529	78	-	70
2 Águas Lindas de Goiás		28/02/18	336.023	241	-	(241)
3 Anápolis	23/12/16	10/04/18	40.785	533	-	333
4 Aporé de Goiás	05/11/11	01/11/15	988.848	130.778	319.848	130.778
5 Aparecida	22/05/11	08/05/16	7.642	122	-	122
6 Arapáguas	26/10/06	26/02/12	27.928	1.018	-	1.018
7 Araguapaz	27/02/11	15/08/18	6.210	443	-	443
8 Aruanopólis	30/12/15	22/01/16	1.724	155	-	155
9 Barro Alto	07/05/06	28/12/12	32.703	1.588	-	1.588
10 Brazabrantes	16/09/07	06/02/14	6.058	320	-	320
11 Cianorte Alta	05/11/06	27/07/15	26.157	565	-	565
12 Coliderinha	11/10/12	02/09/18	1.071	130	-	130
13 Campesina de Goiás	23/12/14	12/01/16	649	274	-	274
14 Campinaçu	16/07/11	12/08/16	3.146	9.816	-	9.816
15 Cavalcante		28/12/18	1.912	-	-	-
16 Gazama	21/05/13	17/12/12	23.252	14.813	-	14.813
17 Cidade Ocidental	14/08/07	01/11/11	743.394	15.843	-	15.843
18 Cristalina	12/06/12	07/02/14	58.652	18.256	-	18.256
19 Divinópolis	28/08/11	04/05/18	306	2	-	-
20 Dourados	27/06/12	24/07/17	1.091	23	-	23
21 Dvinópolis	01/02/15	05/10/17	675	143	-	143
22 Flores de Goiás	10/13/11	11/08/14	4.221	207	-	207
23 Goiânia		23/10/11	1.457	8	-	8
24 Guaraní de Goiás	16/05/10	16/05/12	562	559	-	559
25 Guaporé	01/06/25	16/12/15	1.383	3	-	3
26 Hidrolândia	21/06/03	23/08/16	3.737	2.336	-	2.336
27 Itambé	17/05/11	20/04/14	32.180	714	-	714
28 Itaolândia	24/11/05	24/10/05	3.330	87	-	87
29 Itajá	13/08/20	19/12/12	2.328	246	-	246
30 Itapaci		28/02/18	55.172	-	-	0
31 Itapiranga		28/12/18	8.080	353	-	353
32 Jataí	09/11/06	01/11/11	112.116	31.751	80.121	31.751
33 Jussara	19/01/15	26/12/18	6.788	319	-	319
34 Luziânia	14/01/15	01/12/15	368.053	23.786	-	23.786
35 Marabá	01/12/10	11/03/16	1.646	348	-	348
36 Marzagão	08/07/12	06/02/14	37.858	6.926	-	6.926
37 Morrinhas	17/07/09	30/11/10	45.917	15.822	-	15.822

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS
Assinado digitalmente pelo ABC - AGENCIA BRASIL CENTRAL
CÓDIGO DE AUTENTICACÃO: 62046481



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

Municípios	Vencimento do Contrato de concessão	Assinatura do Contrato-Programa	Valor do Contrato de Programa	Valor investido até 31/12/2018	Valor investido BRK Ambiental até 31/12/18	Total
38. Monte Alegre de Goiás	23/06/18	22/07/18	1.198	318	-	318
39. Mojangápolis	02/05/18	28/12/18	1.894	541	-	541
40. Nazário	21/01/18	04/05/18	2.280	144	-	144
41. Novo Gama	-	15/11/18	250.055	119.11	-	119.11
42. Palmeira	27/03/10	29/10/12	1.039	132	-	132
43. Patrocinador	-	21/12/18	409	-	-	0
44. Pirenópolis	03/03/16	20/10/11	6.797	3.713	-	3.713
45. Pires do Rio	31/11/08	03/11/08	10.829	22.896	-	22.896
46. Piasa	18/04/15	12/05/17	19.945	7.164	-	7.164
47. Rio Verde	01/11/11	01/11/11	249.889	52.470	82.290	134.760
48. Santa Cruz de Goiás	04/03/05	25/08/13	1.467	277	-	277
49. Santo Antônio de Barra	23/11/05	29/12/15	3.977	391	-	391
50. Santo Antônio de Goiás	12/03/13	03/12/15	15.808	438	-	438
51. Santo Antônio de Descoberto	15/07/12	10/05/16	55.886	21.927	-	21.927
52. São Domingos	-	28/12/18	1.284	-	-	-
53. São Luiz de Montes Belos	15/05/12	18/12/12	41.823	2.504	-	2.504
54. Tandara	02/11/07	01/11/11	169.222	21.223	38.095	59.318
55. Urupiaçu	-	28/12/18	899	-	-	-
56. Urupui	-	28/12/18	44.241	1	-	1
57. Valparaíso de Goiás	-	16/11/18	268.862	144	-	144
				413.406	297.138	630.599

32. SEGUROS

Em 05 de junho de 2018 foi elevada a contratação de Seguro de Responsabilidade Civil para Gestores e Conselheiros (Seguro D&O) com vigência de 12 (doze) meses, mediante o qual a JUCEG irá pagar, em frente aos segurados, todo e qualquer prejuízo para qual estes venham a ser legalmente obrigados a pagar em razão de reclamação em decorrência de atos danosos por eles praticados, praticados ou tentados durante o período de retroatividade ou o período de vigência da apólice, desde que referida perda não exceda o limite máximo contratado de indenização que é de cinquenta milhões de reais.

O contrato pode ser rescindido em até 90 (noventa) meses, nos termos do caput do artigo 132 do Regulamento dos Procedimentos de Contratação da Saneago. O total do prêmio pago até o dia 31/12/18 foi de R\$ 278.000,00.

33. OPERAÇÕES E NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS

f) Operações com o Estado de Goiás

a) Relação de Dependência

A Saneago mantém sua condição de empresa estatal não dependente, o que não recebe do ente controlador, Governo do Estado de Goiás, nenhum recurso financeiro para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, exceto aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

b) Participação em Financiamentos

O Estado de Goiás participou como fiador em contrato da empresa firmado entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além de oferecer garantias em contratos de financiamento celebrados com a Caixa Econômica Federal e com o SNUDES.

c) Prestação de Serviços

A Companhia presta serviços de água e esgoto à União, Estados e Municípios, autarquias e entidades e órgãos da administração pública direta e indireta de responsabilidade do Estado de Goiás. O saldo das dívidas vencidas e a vencer dessas entidades são os seguintes:

Relação de Dívidas	31/12/18			31/12/17		
	Valor Atualizado	Parcelamento	Total	Valor Atualizado	Parcelamento	Total
Órgãos Públicos Federais	478	-	478	567	-	567
Órgãos Públicos Estaduais e Federais	137.057	1.371	138.428	80.475	1.708	82.183
Órgãos Públicos Municipais	33.787	20.829	54.616	27.354	27.188	54.542
Outros Órgãos	11.075	3.681	14.756	8.253	993	9.246
Entidades Filantrópicas	7,8	125	132,8	426	137	563
Total	183.403	25.006	208.409	117.075	29.026	146.101

a) Operações com os Municípios

a) O contrato de concessão com o município de Goiânia foi assinado em 22 de dezembro de 1991 e possui vigência até 31 de Março de 2025. As ações previstas no referido contrato vêm sendo cumpridas normalmente pela Companhia. O contrato prevê ainda o pagamento mensal de 5% sobre a arrecadação no município. Até 31 de dezembro de 2018 foram pagos R\$ 34.944 em carteira R\$ 32.115 (em 31/12/2017 foram pagos R\$ 34.161, em carteira R\$ 31.813).

b) Devidas em contrato em vigor 26 contratos são remunerados com valores que variam entre 2% e 5% da arrecadação do município.

c) A Companhia vem realizando encargos de contas para regularização de dívidas por meio de compensação com os serviços realizados pelas Prefeituras à Companhia, tais como abertura e restrição de crédito, para buscas, recebimento estatístico, recuperação de cobranças públicas e, além disso, cessão de áreas para construção de estações de Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo do contrato a receber, vencido e a vencer, referente a dívidas dos municípios que a Companhia presta serviços é de R\$ 54.696, e foram realizadas 43 encargos de contas com o efeito do R\$ 1.218.131 de dezembro de 2017 R\$ 44.442, e foram realizados 25 encargos de contas com o efeito de R\$ 1.457.

34. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Diretoria foram de R\$ 5.922 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.087 em 31 de dezembro de 2017).

a) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, quando em funções, observando o limite máximo, para cada um, igual a 14% (quatorze por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores, não computados benefícios, verbais de representação e participação nos lucros.

No Estatuto da Companhia não existem cláusulas de pagamento de bônus ou gratificação anual aos membros do Conselho Fiscal.

b) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão normativo e deliberativo e compõe-se de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros os quais perceberão honorários mensais de 15% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

No Estatuto da Companhia não existem cláusulas de pagamento de bônus ou gratificação anual aos membros do Conselho de Administração e aos diretores, entretanto os diretores que são empregados da Companhia recebem os mesmos benefícios que os demais empregados.

c) Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão estatutário de assessoramento articulada diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades.

Compõe-se de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros em, 45 do Estatuto), eleitos e eleição de suplentes, obedecendo-se os requisitos mínimos previstos na Lei 13.309/2016 e eleitos pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, observando o limite máximo, para cada um, de 15% (dezoito por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores, não computados benefícios, verbais de representação e participação nos lucros.



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019

www.portaldopreendedorgoiano.go.gov.br

d) Diretoria Colegiada

A Diretoria é um órgão executivo dotado de poderes para exercer a administração da Companhia e tem a seguinte composição: Diretoria da Presidência, Diretoria Comercial, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria Financeira, de Relações com Investidores e Regulação, Diretoria da Produção, Diretoria de Expansão e Procuradoria Jurídica.

A Assembleia Geral fixa os honorários da diretoria que não serão inferiores a maior remuneração paga a um empregado da Companhia. Os Diretores perceberão honorários equivalentes ao menor salário base da Companhia e 65% da majorificação que for fixada para o cargo de Diretor Presidente.

36. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de variações do Balanço Patrimonial, redimensionadas sem efeito no caixa, conforme demonstrado:

ATIVO	31/12/18	PASSIVO	31/12/18
Créditos a Receber de Usuário PCLD-Perdas/Reversões/AVP	(73.185) (79.324) (148.489)	Fornecedores Transf. Empresariais Convênios Prestadores Ap.Goiânia - Humbana e Guanasa	 79.265 12.875 92.140
Estoque - variação balanço Provisão/Reversão Perdas Estoques/transferências Transferências no imobilizado	(16.551) (2.056) -	Ajuste de Avaliação Patrimonial Depreciação da Cuiabá Abundante	(854) 615 (239)
Atividades de Investimentos Adições no Patrimônio Imob. 16 e 17 (Provisões)/Reversões para desaprovação	31/12/18 (263.577) 452 (263.125)		
Resgates no Imobilizado e Intangível Perda no Imobilizado Transferências para outros grupos Ajuste PwC	31/12/18 1.756 (11.251) (3.419) (12.914)		

38. OPERAÇÃO DE CANTANÇÃO

No dia 24 de agosto de 2016 foi deflagrada operação denominada Decantação visando apurar no âmbito da Saneago a existência ou não de irregularidades em licitações praticadas pela Companhia sob o argumento de que estava ocorrendo possíveis alinhamentos e sobrepreços naqueles certames, com possível superutilização nas execuções.

Aquelas licitações, segundo consta nos autos do processo judicial, estavam proporcionando prejuízo de verbas públicas federais oriundas do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, bem como de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras destinados à execução de obras, além de outros atos sucumbentemente praticados em desfavor da Administração Pública.

Importante esclarecer que a Operação foi deflagrada e fundada na necessidade de se proteger os interesses da Saneago, notadamente na aplicação de recursos públicos.

A investigação foi dividida em duas fases, assim discriminadas:

(I) Apuração de atos praticados no âmbito das Condições destinadas à aquisição do conjunto hidromecânico e serem aplicadas na Estação Elevatória de Água Brava do Sistema Produtor Conit-IV;

(II) Possível ocorrência de fraude na licitação anteriormente referida a suposta prática de sobrepreço no orçamento de referência da Companhia, sendo que os responsáveis por aqueles atos em tese, fraudulenta, estariam se valendo de suas atribuições para favorecimentos pessoais, os quais ainda estavam ocupando os respectivos cargos.

Por decisão da Justiça Federal, houve o afastamento de toda a Diretoria da Empresa. O Conselho de Administração da Saneago agiu prontamente e no dia 24 de agosto de 2016, em sua 231ª Reunião, resolveu nomear o Presidente do Conselho de Administração Sr. Mateus Aleixo de Carvalho e Viana, assumindo a Presidência da Empresa imediatamente. Decisão que proporcionou a manutenção de regular e adequada prestação de serviços à população, bem como das compromissos e encargos assumidos.

No dia 25 de agosto de 2016, em sua 332ª Reunião, o Conselho de Administração se reuniu para a eleição do Diretor-Presidente, sendo eleito o Sr. José Carlos Siqueira, para ocupar o cargo, que esteve no cargo até o dia 15 de fevereiro de 2017, sendo substituído por James Jombura, atualmente no cargo. Ou seja, houve plena eleição de medidas voltadas para a recomposição definitiva da Diretoria da Companhia, proporcionando aos acionistas, ao mercado e à população a segurança jurídica e administrativa necessária no âmbito da Saneago. Posteriormente ocorreu a eleição dos demais integrantes da Diretoria Colegiada, a qual foi composta majoritariamente, por empregados de carreira da Saneago.

Os membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL que são funcionários de carreira da Companhia, atingidos pela operação foram desligados dos cargos por meio da Resolução da Diretoria nº 123/2016 de 08 de setembro de 2016 e afastados por 120 dias por determinação da Justiça. Os membros já reformados do sistema não possuem mais quaisquer poderes de decisão em matéria departamental na Companhia. Na mesma resolução foram designados novos membros, todos do quadro permanente dos empregados da Saneago.

No dia 06 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia, através do Processo nº 18.683/2016, autorizou a contratação de empresa para apurar a ocorrência ou não das irregularidades apontadas na Operação.

Em 28 de dezembro de 2016 foi aberto procedimento do Pregão Eletrônico nº 47/2016, sagrando-se vencedora a empresa MACIEL AUDITORES S/S, sendo assinado o respectivo contrato em 30 de janeiro de 2017, cujo prazo estabelecido para a execução dos serviços, de 60 (sessenta) dias.

Em 22 de março de 2017 a auditoria contratada solicitou mais 30 (trinta) dias para a conclusão dos serviços, o que foi atendido na a Saneago dada o respeito técnico e jurídico para tanto.

A empresa contratada para realização dos trabalhos voltados para a apuração de ocorrência ou não, das irregularidades apontadas na Operação Cantanção foi encerrado em 26 de abril de 2017, concluindo-se pela licitude dos procedimentos licitatórios objeto dos trabalhos, inexatidão nos dados relativos aos respectivos certames.

Não obstante o referido conclusão foi constatada ausência de conformidade quanto à execução de obras, circunstância que, no âmbito de conhecimento da Companhia, ensejou a adoção de medidas, algumas já devidamente concluídas, voltadas ao atendimento da não conformidade, as quais proporcionarão uma avaliação na gestão e execução de obras, inclusive no que se refere ao controle de materiais, seu transporte e recebimento de obras.

Em razão das tratativas levadas a efeito entre Ministério das Cidades, Ministério Público Federal (MPF), Controladora Geral da União (CGU), Caixa Econômica Federal (CEF), consórcio construtor IC Cantanção e Saneago, ocorreu a reatuação do contrato no que diz respeito aos valores das obras, com o consequente assentamento do Termo Aditivo e a efetiva retomada das obras da implantação do Sistema Produtor de Água Coimbra IV, as quais, inclusive, se encontram em fase de finalização.

Quanto as obras do Sistema de Esgotamento Sântano de Goiânia, foram apresentadas nota licitatória fixativa sobre o nem transporte a CEF. Após análise e mediante autorização da CEF e do Ministério das Cidades, as obras foram retomadas incluindo o tratamento secundário da Estação de Tratamento de Esgoto Sântano de Eito.

A Companhia visando dar credibilidade aos Acionistas, Mercado e População, entendeu pela necessidade de se contratar serviço de Perícia Forense para, em conjunto com as conclusões da Maciel Auditoria S/S, ter o ambiente dotado de segurança necessária e também dar conforto e emissão de opinião de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, promoveu a contratação de Ernst & Young, através dos Processos nº 20734/2017 e 247420/18, gerando os contratos de 15 de dezembro de 2017 e 16 de fevereiro de 2018 para promover a prestação de "Serviços Técnicos Especializados para Execução de Perícia Forense". Neste contexto também, foi instituído o Comitê de Auditoria Externo que tem, dentre outras funções, de acompanhar e ajustar os planos de avaliação anualmente a Ernst & Young.



Serem realizadas os seguintes procedimentos:

- Coleta de dados e processamento das informações com metodologia e ferramenta forense específica
- Identificação das pessoas físicas e jurídicas investigadas pela Operação Decantação
- Pesquisas diligentes em fontes públicas para as empresas e indivíduos citados acima e nos relatórios da CGU – Controladoria Geral da União, TCU – Tribunal de Contas da União, MPF – Ministério Público Federal, entre outras
- Mapeamento dos signatários que assinam a carta de reestruturação
- Elaboração de lista de custodiantes e palavras-chave com diretrizes e regras para revisão de documentos e conflitos de interesse
- Análise financeira e de engenharia de uma amostragem de contatos do período de 2007 a 2017 que impactaram diretamente o objeto da investigação – exclusão de contatos

Também é apresentado ao Comitê de Auditoria Estabelecido (CAE), em julho de 2018, o Relatório de Auditoria Forense, em sua versão final, que neste ano está sendo analisado pela advocacia independente e pelo Comitê, onde se aponta a existência de importantes dúvidas, contemplando as seguintes matérias:

- Inachada quantificável, decorrente de dados financeiros, contábeis e de gestão de assuntos de engenharia, tanto como período de referência os exercícios de 2007-2017, mediante análise de finanças, contratos, comparativo de preços, avaliação de preços unitários e outras transações;
- In procedimentos de pesquisa de dados e histórico pessoal e empresarial visando a identificar relacionamentos e possíveis conflitos de interesses (background check)
- Quando atos omissivos quantitativos e estes foram todos catalogados pelo CAE e encaminhados à Auditoria Interna da Cia, onde se encontram em fase de investigação preliminar, condizente com a confirmação (ou não) de sua procedência, com perspectiva de emissão de relatório pericial conclusivo

No tocante aos Background Check, o Comitê de Auditoria Estabelecido está promovendo diretamente as investigações necessárias tendentes à confirmação (ou não) das hipóteses apontadas no referido Relatório, que dizem respeito a supostos conflitos de interesses e/ou desvios de conduta, bem como quaisquer outras situações classificadas como irregulars ou com relação à ética ou outros valores importantes para a Companhia, também com perspectiva de emissão de relatório conclusivo. Concomitantemente a administração da Companhia está trabalhando para identificar as possíveis ações contábeis com o propósito de aplicar uma metodologia razoável que possibilite mensurar o valor a ser provisionado que lixe essas situações ao Mercado.

O processo judicial que apura as fatos no âmbito de operação da Polícia Federal denominada "Decantação" se encontram ainda em fase de recebimento ou não da Denúncia oferecida pelo MPF. Até o conhecimento das demonstrações contábeis a não houve fato novo ou relevante no contexto desta operação.

Adicionalmente, considerando fato divulgado nesta manhã, 28 de março de 2019, sobre o comunicado ao mercado sobre a operação Decantação 2 informamos o seguinte:

1. Em relação à operação designada pela Polícia Federal na manhã deste quinta-feira, relacionadas a fatos ocorridos no período de 2012 a 2018, o Saneamento de Goiás S/A e a atual gestão da Empresa tem priorizado a implementação das melhores práticas de governança e compliance para garantir a saúde e a todos os processos da Companhia.
2. Dentre as ações tomadas está a criação da Superintendência de Governança, unidade responsável pela implementação de uma série de políticas e estratégias, como a Política de Atividades de Investimentos que normaliza a tomada de decisões pela Diretoria Colegiada, a Política de Prevenção do Conflito de Interesses, em conformidade com o Código de Conduta e Integridade da Companhia, Política de Transações com Partes Relacionadas e a Política de Prevenção de Abusos de Mercado.
3. A Saneamento informa ainda que mantém o melhor do lado a colaboração necessária às investigações e está resguardada das ações levadas a efeito, posto que a Companhia não é parte das autos do processo. A Saneamento está reiterando a disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos que venham a surgir e manter o mercado informado oportunamente.

Ricardo José Savioli,
Diretor Presidente

Marcos de Matheus Lima
Diretor de Gestão Corporativa

Edson Melo F. Luz
Diretor de Produção

Alan Saldanha Luck
Procurador Jurídico

Daniel Moraes Souza
Diretor Comercial

Paulo Rogério Braga Estilson,
Diretor Financeiro de Relações com Investidores e Regulação

Ricardo de Sousa Carneiro
Diretor de Expansão

Eliete Evangelista Silva
Contador CRC/GO 13.330

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Açõesistas, Conselheiros e Administradores da
SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.
Goiânia – GO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Saneamento de Goiás S.A. ("Companhia" ou "Saneago"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos dos assuntos mencionados na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saneamento de Goiás S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Divergência na quantidade de estoques

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 7 e 17 as demonstrações contábeis, os saldos dos estoques consolidados pela Companhia, com o objetivo de utilização própria do curso normal de sua atividade, registrados nas rubricas de "Estoques a limpar" estão representados por R\$64.716 mil e R\$15.823 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018. Todavia, nossos testes de inventário físico realizados no exercício corrente apontaram distorções relevantes nas quantidades de estoques que não foram conciliadas pela Administração, não nos permitindo obter segurança adequada dos respectivos saldos desses estoques. Consequentemente, não nos foi possível, diante as circunstâncias, formar uma opinião sobre esses estoques, bem como seus possíveis efeitos tributários, se houver, em 31 de dezembro de 2018.

Investigação em andamento pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 36 as demonstrações contábeis, a Companhia divulga fato relevante e comunicado ao mercado informando sobre as ações da Operação Decantação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (MPF) com o objetivo de apurar a existência ou não de irregularidades em licitações promovidas pela Companhia, caracterizadas por possíveis enriquecimentos e sobrepreços nos processos licitatórios, com possíveis superfaturamento nos executivos, que existem ocasionando desvios de verbas públicas federais originadas do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e de investimentos obtidos de instituições financeiras para execução de obras, bem como atos praticados em desfavor da Administração Pública. Com base no relatório do MPF e CGU – Controladoria Geral da União, datado de 12 de setembro de 2018, o potencial superfaturamento é de aproximadamente R\$20.000. Em dezembro de 2017 foi contratada empresa especializada, externa e independente a Companhia para apurar os efeitos e temas incluídos na investigação, e estabeleceu o Comitê de Investigação que tem, dentre outras funções, de acompanhar e ajustar os planos de investigação de empresa independente. Os principais procedimentos realizados pela empresa especializada foram coleta de dados e processamento de informações, Background Check e rede de relacionamento dos signatários que assinam a carta de representação e análise financeira e contábil de controles de obras, entre outros. A Administração após a operação ganhou vários controles e processos internos relativos as obras e constituiu uma provisão de aproximadamente de R\$217.000 mil para cobrir eventuais riscos de realização de obras impactadas pela Operação Decantação ou por outros motivos.

Os resultados dos trabalhos da empresa externa independente foram concluídos e estão sob avaliação da Administração da Companhia e do Comitê de Auditoria Estabelecido com o objetivo de estimar o valor dos gastos adicionais pagos e determinar os valores das taxas a serem realizadas nos respectivos atos relacionados as obras já concluídas e em curso e outros impactos. Adicionalmente, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Companhia na carta de hoje (28 de março de 2019), foi divulgada a 2ª fase da Operação Decantação, que a Companhia ainda está apurando seus eventuais dobramentos. Em função do atual estágio que se encontra o processo de estmova dessa provisão, bem como suas circunstâncias e metodologia, não nos foi possível concluir sobre a suficiência da referida provisão, bem como os seus impactos nas demonstrações contábeis atuais e de anos anteriores, assim como seus efeitos tributários em 31 de dezembro de 2018.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS
Assinado eletronicamente pelo ABC – AGENCIA BRASILEIRA CENTRAL
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 676adab



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 52300002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldogovernadordorgoiano.go.gov.br

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais pontos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, com o intuito de não formação da nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita e ambiente de tecnologia da informação

Conforme nota explicativa nº 19, as receitas do fornecimento de água e tratamento de esgoto e atividades associadas ao serviço, sendo reconhecidas quando os custos e benefícios são substancialmente transferidos ao consumidor por meio do fornecimento de água. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o entendimento da Companhia e para alinhamento de notas de referência na data base das demonstrações contábeis, o que da forma inerente solução componentes de risco de fraude. Observa-se ainda que as transações de fornecimento de água e tratamento de esgoto são processadas substancialmente por meio de rotinas e controles automatizados. Tendo em vista o risco de fraude sobre o processo de reconhecimento da receita e a elevada dependência sistêmica e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita das contas a receber, o ambiente de tecnologia incluindo o sistema de informação, assim como os controles sobre o acesso e gerenciamento de mudanças nos seus sistemas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes por meio de amostragem e com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, para avaliar o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave sobre mudanças, alterações e acessos apropriados aos sistemas de operações de fornecimento de água. Analisamos ainda, também com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, a interface e a integridade das informações entre os principais sistemas utilizados para o registro da receita de fornecimento de água e a respectiva geração das informações financeiras.

Para as transações do fornecimento de água da Companhia, analisamos a conciliação da receita com os selos contábeis. Nossos procedimentos incluíram ainda a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas pela Companhia durante o exercício com a finalidade de avaliar o reconhecimento da receita, além da análise da liquidação subsequente do saldo das contas a receber em aberto na data base da auditoria.

Realizamos procedimentos analíticos sobre a receita do ano, comparando os montantes reconhecidos com as informações de consumo de água e a quantidade de unidades consumidoras da Companhia durante o exercício, bem como analisamos se o crescimento da receita, está de acordo com os requisitos técnicos aprovados pelo Órgão Regulador (Agência Goiana de Regulação - AGR).

Realizamos testes para obtermos segurança razoável sobre o corte de receita da Companhia realizado no final do exercício, que reconhecido nos registros contábeis, medições ainda não faturadas em função do período de leitura dos medidores dos consumidores da Companhia. Avaliamos também a adequada divulgação em notas explicativas.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumariados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 26 das demonstrações contábeis, a Companhia revisou durante o exercício anterior sua estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa que envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração a expectativa da Administração a ser fundamentadas de acordo com política interna da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa

definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de (re)avaliação mantendo da referida provisão a dezessete anos o julgamento da Administração decemente a estimativa definida antes liquidamos todos os créditos, independentemente se vencidos ou a vencer (dos consumidores com faturas registradas como provisões para créditos de liquidação duvidosa ("saldo atrasado"). Avaliamos esse teste como parte de nossa avaliação do risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Assim como a revisão da adequada divulgação das notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumariados, consideramos que são aceitáveis a estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as divulgações na nota explicativa.

Reconhecimento de Benefícios Pós-Emprego

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 28 das demonstrações contábeis, a Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decemente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefícios, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos decorrente a benefícios pós-emprego. Além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desoncia e inflação. Variações nessas premissas podem ter um impacto relevante sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a envolvimento de especialistas de área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego, comparando as mesmas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Relativamente aos ativos do Plano, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação em conjunto com especialistas sobre a avaliação efetuada desses ativos. Assim como a revisão da adequada divulgação nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumariados acima, consideramos apropriadas as estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos dos assuntos mencionados na seção "Base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações contábeis formadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. O Relatório da Administração pode não estar com informações adequadamente divulgadas em razão dos efeitos não conhecidos do assunto mencionado na seção intitulada acima "Base para opinião com ressalva".



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelas normas internas que ela determinar como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessas bases contábeis na elaboração das demonstrações contábeis, e não se que a administração pretende liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nosso parecer. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, empregamos julgamento profissional e mantemos contato profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nosso parecer. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é menor do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver a ato de burlar os controles internos, omissão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados de conformidade mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso pela administração de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se a Companhia deve ou não ser classificada em situação de continuidade operacional e suas controladas. Se concluímos que a Companhia deve ser classificada em situação de continuidade operacional, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nosso parecer se as divulgações forem inadequadas. Nosso relatório contém fundamentação nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Tal como acontece com condições futuras, podem levar a Companhia e suas controladas a não ser ou manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, incluindo as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito de quaisquer aspectos do plano planejado de scope da auditoria e das condições significativas de auditoria, incluindo os eventuais déficits em significativas nas condições relevantes que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumcamos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos específicos de independência, e comunicamos todos os eventos relacionados aos assuntos que poderiam gerar conflitos de interesse, nossa independência incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança diferentemente aqueles que foram considerados como risco significativo na auditoria das demonstrações contábeis do e período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria. A menos que lei ou regulamentação tenha exigido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências advindas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiania, 29 de março de 2019



BDO RCS Auditores Independentes ES
CRC 3 GO 0011379-4

Alexsandro Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 1843840 - S - GO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do material documental, declaram que se encontram em perfeita ordem e embasados no Relatório dos Auditores Independentes 2018 de que o Conselho de Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está de acordo com o parecer emitido pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral para tal fim convocados.

Goiania, 29 de março de 2019

ANTÔNIO EURYPIDES DE LIMA
Conselheiro Fiscal

PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES
Conselheiro Fiscal

PAULO SILVA DE JESUS
Conselheiro Fiscal

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho de Administração do Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise das Demonstrações Financeiras, entendem que se encontram em ordem, bem como os dados e informações de sua Diretoria Executiva e emissoras no parecer do Conselho Fiscal e no Relatório dos Auditores Independentes, deliberaram por unanimidade aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2018.

Goiania, 29 de março de 2019

Ulisses Carneiro Rocha Cardoso
Presidente Interno do Conselho

José Antônio Trezozani e Silva
Vice-Presidente Interno do Conselho

Bruno Magalhães D'Almeida
Conselheiro

Francisco Sérgio Freire Nogueira
Conselheiro

Henri Marinho Hanna Júnior
Conselheiro

José Vitor Rêsa
Conselheiro

Ricardo José Severina
Conselheiro

Rafaela Tavares Fátima de Sousa
Conselheiro

Protocolo 12525

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS
A validade deste documento para: APO - ADMINISTRAÇÃO GERAL - CENTRAL
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 177445



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902096900. NIRE: 5230002109.
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldopreendedorgoiano.go.gov.br

SICOOR UNI		CENTRAL SICOOR UNI DE COOPERATIVAS DE CREDITO	
CNPJ 04.343789/0001-51			
<p>EXERCÍCIO DE 2018</p> <p>RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</p> <p>RECEITAS</p> <p>Receita Operacional: 1.234.567,89</p> <p>Receita Financeira: 123.456,78</p> <p>Receita Extraordinária: 10.000,00</p> <p>TOTAL DAS RECEITAS: 1.368.024,67</p> <p>DESEMBOLSOS</p> <p>Despesa Operacional: 890.123,45</p> <p>Despesa Financeira: 45.678,90</p> <p>Despesa Extraordinária: 5.000,00</p> <p>TOTAL DAS DESPESAS: 940.802,35</p> <p>RESULTADO LÍQUIDO: 427.222,32</p>			
<p>EXERCÍCIO DE 2017</p> <p>RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</p> <p>Receita Operacional: 1.100.000,00</p> <p>Receita Financeira: 100.000,00</p> <p>Receita Extraordinária: 5.000,00</p> <p>TOTAL DAS RECEITAS: 1.205.000,00</p> <p>Despesa Operacional: 750.000,00</p> <p>Despesa Financeira: 30.000,00</p> <p>Despesa Extraordinária: 2.000,00</p> <p>TOTAL DAS DESPESAS: 782.000,00</p> <p>RESULTADO LÍQUIDO: 423.000,00</p>			
<p>EXERCÍCIO DE 2016</p> <p>RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</p> <p>Receita Operacional: 950.000,00</p> <p>Receita Financeira: 80.000,00</p> <p>Receita Extraordinária: 3.000,00</p> <p>TOTAL DAS RECEITAS: 1.033.000,00</p> <p>Despesa Operacional: 650.000,00</p> <p>Despesa Financeira: 20.000,00</p> <p>Despesa Extraordinária: 1.000,00</p> <p>TOTAL DAS DESPESAS: 671.000,00</p> <p>RESULTADO LÍQUIDO: 362.000,00</p>			

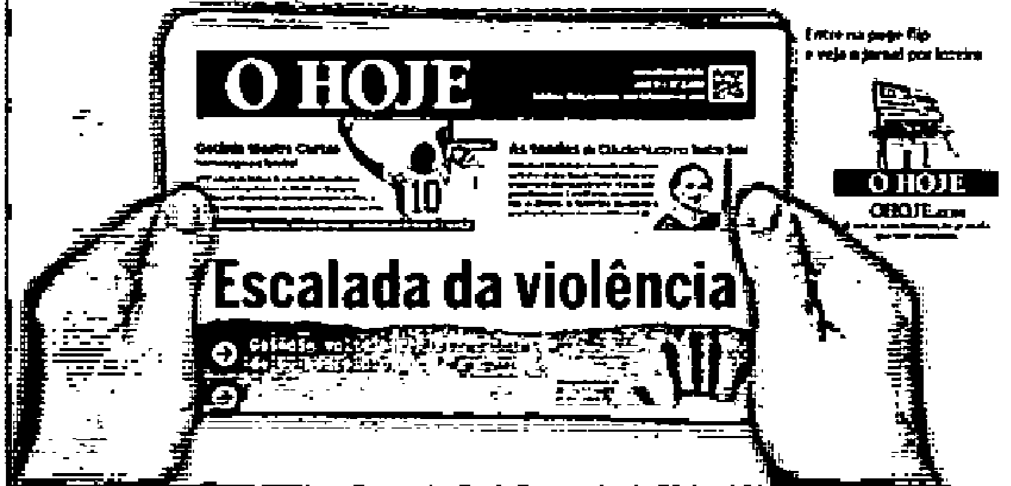
CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
 PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11902096900. NIRE: 52300002109.
 SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO



Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
 SECRETÁRIA-GERAL
 GOIÂNIA, 10/05/2019
 www.portaldopreendedorgoiano.go.gov.br

<p>REGRAS DE PUBLICAÇÃO</p> <p>1. O espaço de publicidade é destinado exclusivamente para a divulgação de informações comerciais e profissionais. Não serão aceitos anúncios de caráter político, religioso, ideológico ou de natureza semelhante.</p> <p>2. Os anúncios devem ser entregues em original e em cópia, com o texto em português e em letra de caixa alta.</p> <p>3. O prazo de validade dos anúncios é de 30 dias, salvo indicação em contrário.</p> <p>4. O valor da publicidade é calculado por linha e por dia.</p> <p>5. O cliente é responsável pelo conteúdo dos anúncios.</p> <p>6. Não serão aceitos anúncios de caráter ofensivo, calunioso ou difamatório.</p> <p>7. O espaço de publicidade não será utilizado para a divulgação de informações de caráter pessoal.</p> <p>8. O cliente é responsável pelo pagamento dos anúncios.</p> <p>9. O espaço de publicidade não será utilizado para a divulgação de informações de caráter pessoal.</p> <p>10. O cliente é responsável pelo pagamento dos anúncios.</p>	<p>REGRAS DE PUBLICAÇÃO</p> <p>1. O espaço de publicidade é destinado exclusivamente para a divulgação de informações comerciais e profissionais. Não serão aceitos anúncios de caráter político, religioso, ideológico ou de natureza semelhante.</p> <p>2. Os anúncios devem ser entregues em original e em cópia, com o texto em português e em letra de caixa alta.</p> <p>3. O prazo de validade dos anúncios é de 30 dias, salvo indicação em contrário.</p> <p>4. O valor da publicidade é calculado por linha e por dia.</p> <p>5. O cliente é responsável pelo conteúdo dos anúncios.</p> <p>6. Não serão aceitos anúncios de caráter ofensivo, calunioso ou difamatório.</p> <p>7. O espaço de publicidade não será utilizado para a divulgação de informações de caráter pessoal.</p> <p>8. O cliente é responsável pelo pagamento dos anúncios.</p> <p>9. O espaço de publicidade não será utilizado para a divulgação de informações de caráter pessoal.</p> <p>10. O cliente é responsável pelo pagamento dos anúncios.</p>
--	--

Leia o jornal impresso no portal: ohoje.com



Informação de qualidade na ponta dos dedos



O leitor sempre tem confiança nas notícias do jornal impresso, porque sabe que por trás existe uma equipe de jornalistas preparados pela seriedade e credibilidade.



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162.
 PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11902096900. NIRE: 52300002109.
 SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
 SECRETÁRIA-GERAL
 GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRAÇANTES									
2018					2017					2018					2017				
Descrição	Saldo Inicial	Exercício	Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Exercício	Exercício	Saldo Final	Receitas	Despesas	Resultado Líquido	Receitas	Despesas	Resultado Líquido					
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA																			
Atividade Operacional																			
Receitas de vendas	1.234.567	1.345.678	1.456.789	1.567.890	1.678.901	1.789.012	1.890.123	1.901.234	1.012.345	1.123.456	1.234.567	1.345.678	1.456.789	1.567.890					
Despesas operacionais	(876.543)	(987.654)	(1.098.765)	(1.209.876)	(1.320.987)	(1.432.098)	(1.543.209)	(1.654.320)	(654.321)	(765.432)	(876.543)	(987.654)	(1.098.765)	(1.209.876)					
Resultado Operacional	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024					
Atividade Financeira																			
Receitas financeiras	123.456	234.567	345.678	456.789	567.890	678.901	789.012	890.123	123.456	234.567	345.678	456.789	567.890	678.901					
Despesas financeiras	(45.678)	(56.789)	(67.890)	(78.901)	(89.012)	(90.123)	(101.234)	(112.345)	(45.678)	(56.789)	(67.890)	(78.901)	(89.012)	(90.123)					
Resultado Financeiro	77.778	177.778	277.778	377.778	477.778	577.778	677.778	777.778	77.778	177.778	277.778	377.778	477.778	577.778					
Atividade de Investimento																			
Receitas de venda de ativos	100.000	200.000	300.000	400.000	500.000	600.000	700.000	800.000	100.000	200.000	300.000	400.000	500.000	600.000					
Despesas de aquisição de ativos	(200.000)	(300.000)	(400.000)	(500.000)	(600.000)	(700.000)	(800.000)	(900.000)	(200.000)	(300.000)	(400.000)	(500.000)	(600.000)	(700.000)					
Resultado de Investimento	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)					
Atividade de Financiamento																			
Receitas de empréstimos	500.000	600.000	700.000	800.000	900.000	1.000.000	1.100.000	1.200.000	500.000	600.000	700.000	800.000	900.000	1.000.000					
Despesas de pagamento de empréstimos	(300.000)	(400.000)	(500.000)	(600.000)	(700.000)	(800.000)	(900.000)	(1.000.000)	(300.000)	(400.000)	(500.000)	(600.000)	(700.000)	(800.000)					
Resultado de Financiamento	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000					
Resultado Líquido																			
Resultado Operacional	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024	358.024					
Resultado Financeiro	77.778	177.778	277.778	377.778	477.778	577.778	677.778	777.778	77.778	177.778	277.778	377.778	477.778	577.778					
Resultado de Investimento	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)					
Resultado de Financiamento	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000					
Resultado Líquido	535.802	635.802	735.802	835.802	935.802	1.035.802	1.135.802	1.235.802	535.802	635.802	735.802	835.802	935.802	1.035.802					

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/05/2019 13:20 SOB Nº 20190501162. PROTOCOLO: 190501162 DE 09/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11902096900. NIRE: 52300002109. SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO



Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 10/05/2019
www.portaldoderegorgoiano.go.gov.br

DE OPERACIONES FINANCIERAS PLAZAS DE TRABAJO

Table with 3 columns: CATEGORÍA, PLAZA, and SALARIO. Rows include various financial operations positions with their respective salaries.

DE OPERACIONES FINANCIERAS

DE OPERACIONES FINANCIERAS PLAZA DE TRABAJO... (Detailed text regarding financial operations positions and their requirements.)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis... (Detailed audit report text in Portuguese.)

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Parceiro do Conselho Fiscal... (Text regarding the Fiscal Council partner.)

DE OPERACIONES FINANCIERAS PLAZAS DE TRABAJO

DE OPERACIONES FINANCIERAS PLAZA DE TRABAJO... (Continuation of financial operations positions text.)

DE OPERACIONES FINANCIERAS

DE OPERACIONES FINANCIERAS PLAZA DE TRABAJO... (Continuation of financial operations positions text.)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis... (Continuation of audit report text.)

PARCEIRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Parceiro do Conselho de Administração... (Text regarding the Board of Administration partner.)